

RESUMO EXECUTIVO

- i. **O Brasil fez um notável progresso econômico e social na década passada e rumava ao crescimento inclusivo e ambientalmente sustentável.** Tirou dez milhões de pessoas da pobreza e desenvolveu uma economia estável, combatendo de forma eficaz a crise econômica global de 2008/9. É o único grande país de renda média que aliou o crescimento econômico à redução de desigualdades. O Brasil também se tornou mais ambientalmente sustentável, com 66% de redução no desmatamento da Amazônia entre 2005 e 2010. Houve melhorias consideráveis nos resultados da saúde infantil e acesso à educação básica agora é quase universal. O Brasil deve cumprir quase todos os ODM antes de 2015. Ao mesmo tempo, tornou-se uma voz importante no debate internacional sobre internacional e está compartilhando sua riqueza de experiências inovadoras com o mundo.
- ii. **O Brasil agora enfrenta o desafio de alcançar um novo nível de desenvolvimento, que requer ainda mais abordagens integradas e de conhecimento intensivo.** O primeiro grande desafio é criar condições para sustentar o crescimento econômico com as taxas atuais ou mais altas e depois aumentar a resistência do país aos choques internacionais. Isso envolve aumentos significativos na poupança e investimento, redução de hiatos de infraestrutura, aumentar a produtividade do setor privado e melhorias do capital humano. Apesar do progresso recente, o Brasil continua entre os 15 países mais desiguais do mundo, portanto, o segundo grande desafio é reduzir essa desigualdade e oferecer oportunidades de desenvolvimento humano para todos, com uma perspectiva de gênero. Um terceiro grande desafio é continuar a aumentar a sustentabilidade ambiental do padrão de desenvolvimento do Brasil em áreas como as de iniciativas de "baixo carbono", recursos naturais e gestão de risco de desastres.
- iii. **Em linha com esses desafios e dando continuidade ao trabalho da Administração anterior, a Presidente Dilma Rousseff definiu metas sociais e econômicas ambiciosas para os próximos anos, em coordenação com os governos subnacionais.** O Governo do Brasil (GdB) visa a aumentar o potencial crescimento do Brasil acima dos atuais 4% a 4,5% promovendo investimentos, ao mesmo tempo em que eleva as economias públicas e mantém a disciplina fiscal. Os contínuos programas de desenvolvimento da infraestrutura do PAC I e II investirão R\$ 1,4 trilhão, parte do qual será destinado à modernização da maior favela do mundo e ao programa habitacional de baixa renda envolvendo 2,5 milhões de novas casas. No aspecto social, o importante programa de erradicação da pobreza extrema busca beneficiar 16 milhões de pessoas até 2014. A resolução do Governo de melhorar a sustentabilidade ambiental é ilustrada por suas ambiciosas metas adotadas unilateralmente para reduzir as emissões de GHG em até 38% até 2020.
- iv. **Da mesma forma, a Estratégia de Parceria com o País (CPS) de 2012-2015 desenvolverá e aprofundará o último trabalho da Estratégia de Países.** O Grupo Banco Mundial tem sido um parceiro valioso para as realizações do Brasil, fornecendo várias soluções integradas multisectoriais adaptadas aos seus desafios. A demanda do GdB por uma parceria forte e contínua com o Grupo Banco Mundial (GBM) é revelada pelo pré-pagamento de cerca de US\$ 4 bilhões em empréstimos do BIRD para o Brasil durante os dois últimos anos, de forma a permitir a implementação do programa de empréstimos indicativo do Banco Mundial. Da mesma forma, o Banco Mundial

beneficiou-se enormemente das demandas específicas do Brasil, que instaram o Grupo Banco Mundial a se adaptar e aprender. O elemento central desta relação tem sido inovação e conhecimento, com fortes fluxos de transferências de conhecimento do Brasil e dentro do Brasil, apoiados por um grande programa de avaliação de impacto e sustentados pelo importante conhecimento tácito gerado durante a implementação do projeto. A CPS dos EF de 2012 a 2015 busca levar essas dimensões para um novo nível, mantendo o foco na geração e transferência de conhecimentos, porém enfatizando ainda mais a inclusão no contexto da meta da Presidente Rousseff de erradicar a pobreza extrema. Além disso, o Banco Mundial expandirá seu apoio para a Região Nordeste, a mais pobre do Brasil, bem como para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

v. **As prioridades do Brasil para a parceria com o Grupo Banco Mundial (GBM) são focadas nos problemas de desenvolvimento de segunda geração que exigem soluções inovadoras**, tanto em termos de melhoria das estruturas de políticas nacionais quanto no desenvolvimento de novas abordagens de implementação, incluindo os governos subnacionais e no nível de empresas. O GBM contribuirá para cumprir esses desafios e a meta geral de taxas mais altas de crescimento inclusivo e sustentável focando em quatro objetivos estratégicos: (i) aumentar o volume e a produtividade de investimentos públicos e privados; (ii) melhorar a qualidade e expandir a prestação de serviços públicos para famílias de baixa renda; (iii) promover o desenvolvimento econômico regional por meio de políticas melhoradas, investimentos em infraestrutura estratégica, e apoio para o setor privado em áreas fronteiriças; (iv) melhorar ainda mais a gestão de recursos naturais e aumentar a recuperação climática e, ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e ajudando a atender à crescente demanda mundial de alimentos. O Brasil, transitando de um receptor para um prestador de apoio de desenvolvimento internacional, está examinando o Banco Mundial para ajudar a desenvolver essas soluções, mas também para adaptar o conhecimento gerado e a própria experiência do país e compartilhar tudo isso dentro e fora do Brasil. A CPS identifica um programa de empréstimos indicativo do BIRD na ordem de US\$ 5,8 bilhões para os EF de 2012 e 2013. Embora esteja de acordo com o empréstimo anual nos EF de 2008-2011, é equivalente a 0,3% do orçamento anual do setor público do Brasil. Isso destaca a necessidades do Grupo Banco Mundial (GBM) de incorporar conhecimento e inovação significativos em suas operações para que elas tenham um significativo impacto de desenvolvimento.

vi. **Para responder ao amplo espectro de demandas do Brasil, o Grupo Banco Mundial (GBM) deve ser flexível e ágil na adaptação de produtos e mecanismos de prestação.** No nível federal, a demanda do Brasil está concentrada em serviços de desenvolvimento de conhecimento e estratégias, usando uma combinação de empréstimos AAA e de conhecimento intensivo. Governos subnacionais exigem soluções de desenvolvimento multisectoriais integradas, combinando apoio técnico e financeiro e usando instrumentos adaptados. O Banco Mundial empregará seus recursos de acordo com os seguintes princípios. *Flexibilidade*: Ajustando áreas de participação e instrumentos para melhor responder às necessidades de desenvolvimento do país. *Seletividade*: Focando em áreas onde o Brasil enfrenta desafios de desenvolvimento de segunda geração e podem se beneficiar do conhecimento e experiência do Grupo Banco Mundial. *Inovação*: Apoando investimentos inovadores e reformas políticas cujo impacto pode ser ampliado pela reprodução dentro e fora do Brasil, e oferecendo serviços e instrumentos inovadores (ex., empréstimos multisectoriais e baseados em resultados, risco de crédito parcial e outras garantias). A IFC continuará a responder às

necessidades de um setor privado de rápido desenvolvimento com um conjunto de produtos competitivos de assessoria e financiamento. *Alavancagem*: Aumentando o uso de recursos alavancados do governo, o setor privado e outros parceiros de desenvolvimento, para maximizar os impactos de desenvolvimento.

vii. **Gestão de riscos.** A CPS enfrenta dois importantes riscos: geração insuficiente de poupança pública pelo Governo, necessária tanto para melhor equilibrar a política fiscal e monetária e para aumentar o investimento agregado de forma sustentável, e a necessidade de exposição por parte do Brasil, para continuar no Limite Individual de Mutuário (SBL) durante o período da CPS. O GdB está ciente da primeira preocupação e anunciou medidas para controlar as despesas correntes. No SBL, o Brasil pré-pagou US\$ 3,1 bilhões em maio de 2011 e expressou interesse em explorar outras opções em parceria com o Banco Mundial.

I. INTRODUÇÃO

1. **A CPS atual do Brasil abrange o período até junho de 2011.** A Diretoria Executiva discutiu nos EF 08-11 sobre a CPS do Brasil em 1 de maio de 2008 (Relatório No. 42677-BR). A CPS foi organizada na forma de quatro áreas principais de participação: fortalecimento da macroeconomia e base para o crescimento de uma boa governança; aumento da igualdade; incentivo à competitividade e melhoria da sustentabilidade ambiental. Conforme argumentado nos Relatórios de Progresso e Conclusão da CPS, os programas e atividades do Grupo Banco Mundial fizeram contribuições significativas para o progresso do Brasil nas quatro áreas acima.

2. **A preparação da CPS do Brasil para os EF12-15 coincide com o primeiro semestre no poder da Presidente Dilma Rousseff e de novos governadores em todos os estados brasileiros.** Consultas para a CPS estão sendo realizadas durante o período no qual as novas autoridades estão desenvolvendo planos de investimento de quatro anos (PPAs). O cronograma da nova CPS permite que o GBM alinhe sua estratégia com as prioridades das autoridades federais e estaduais recém-eleitas em uma conjuntura crucial quando a integração, inovação e conhecimento podem ter mais impacto.

3. **A CPS proposta está alinhada com a estratégia regional LCR e o contexto estratégico do GBM para envolver os países de renda média (MICs).** A CPS do Brasil está fundamentada nas estratégias regionais da IFC e LCR, que focam na criação de oportunidades de crescimento e emprego, visando aos pobres e vulneráveis, fortalecendo a governança e promovendo a ação coletiva global, assim como estimulando a inovação do setor privado e a competitividade. A CPS também é consistente com a abordagem do Banco Mundial para envolver os MICs, que enfatiza a necessidade do BIRD e da IFC para ajustar seus modelos de negócios para serem mais receptivos, flexíveis e inovadores, assim como trabalhar com MICs como grupos interessados responsáveis que desempenham um papel cada vez mais importante em uma série de problemas globais, incluindo a mudança do clima.

II. CONTEXTO DO PAÍS

Contexto social, político e econômico

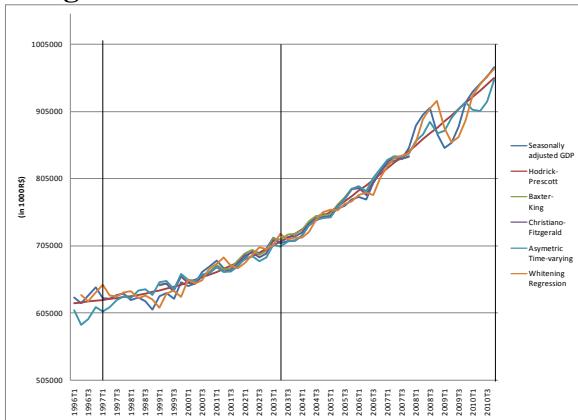
4. **O Brasil é o maior país em área e população da América Latina e Caribe.** É um país de renda média alta com um PIB per capita de US\$ 8.327 e uma população de 191 milhões em 2010. O Brasil tem recursos naturais imensos e uma forte base industrial, mas ainda sofre com grandes hiatos entre ricos e pobres. Os programas sociais inovadores e um crescente inclusivo foram reduzindo gradualmente essa desigualdade. As reformas na década de 1990 e as sólidas políticas sociais e macroeconômicas contínuas resultaram em um extenso período de estabilidade política e econômica, crescimento e ganhos sociais.

5. **O Brasil tem um sistema federal altamente descentralizado, no qual os governos subnacionais respondem por mais de 40% das despesas do setor público e são o principal prestador de educação, cuidados de saúde, infraestrutura e segurança pública.** Acordos fiscais bem definidos definem a alocação de poderes de tributação, responsabilidades de despesas e mecanismos de transferências entre os três níveis do governo (federal, estadual e municipal). As receitas tributárias são complementadas por um sistema de transferências intergovernamentais financiadas principalmente por meio de regras de compartilhamento de receitas previstos na Constituição. A natureza automática e baseada em fórmula dessas regras garante a transparência e a autonomia, mantendo a interferência política à distância.

6. **Em outubro de 2010, o Brasil passou por eleições gerais envolvendo a Presidência, todos os governadores de estado e o Congresso.** As eleições sustentaram o modelo econômico do Brasil e seu tripé de sustentação de superávits primários, metas de inflação e taxa de câmbio flutuante. A Presidente Dilma Rousseff manteve importantes cargos ministeriais do governo de Presidente Lula da Silva e prometeu manter as prioridades de desenvolvimento de seu predecessor, focada em alcançar o crescimento potencial do Brasil e aprofundar os ganhos sociais. Em particular, a Presidente Dilma Rousseff anunciou uma meta de superávit primário de 3,3% do PIB para 2011 (3,1% para 2012-2014) e a meta de reduzir ainda mais o endividamento do governo para criar condições de reduzir as taxas de juros e ao mesmo tempo manter a inflação sob controle. A Presidente Dilma Rousseff possui uma considerável maioria no Congresso.

7. **O Brasil tem colhido os benefícios de um crescimento de mais de uma década de macropolíticas sólidas.** Durante 2004-2010, o crescimento médio do Brasil foi de 4,4%, contra 1,9% durante os 7 anos anteriores. Um aumento similar foi observado na taxa de crescimento potencial do Brasil (Figura 1). O crescimento é o resultado das sólidas macropolíticas internas do Brasil, bem como de condições externas favoráveis. Após vários surtos de hiperinflação durante a década de 1980 e início da década de 1990, quando foi lançado o Plano Real em 1994, o Brasil foi capaz de reduzir a inflação de 2.287% em 1994 para uma média de 45% em 1995-96 e 6,4% em 1997-2010. Na década passada, esforços de estabilização estavam fundamentados na adoção de um regime voltado ao combate da inflação, além de uma ênfase consistente em disciplina fiscal e taxa de câmbio flutuante.

Figura 1: Possível resultado no Brasil



Tradução legenda:

PIB ajustado sazonalmente
Hodrick- Prescott
Baxter- King
Christiano Fitzgerald
Variação de tempo assimétrico
Regressão de Whitening

Nota: Em milhões de reais, dez 2010. Fonte: cálculos próprios.

8. **A disciplina fiscal tem sido buscada constantemente nos níveis federais e subnacionais, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).** Outros controles sobre o desempenho fiscal subnacional foram introduzidos em contratos de renegociação de dívidas assinados pelo governo federal com os estados em 1997 e com alguns municípios em 2001. Aprovada em 2000, a LRF estabeleceu limites para gastos pessoais e endividamento em todos os níveis do governo, proibiu novos despesas permanentes obrigatórias a menos que sejam baseadas em aumentos de receitas permanentes e proibiu operações de refinanciamento da dívida entre diferentes níveis do governo. Neste contexto, sucessivos saldos de caixa sólidos do governo nos níveis federais e subnacionais resultaram na redução do coeficiente dívida-PIB do setor público de 57% em 2002 para 38,5% em 2008 (de 18% para 13% do PIB no caso de subnacionais). Medidas fiscais anticíclicas durante a crise financeira global elevaram o coeficiente mais uma vez para 42,8% em 2009, mas está retomando sua trajetória de declínio – atingiu 39,8% em abril de 2011. Além disso, o GdB aumentou o vencimento de sua dívida e a parcela da taxa fixa e bônus expressos na moeda local, reduzindo significativamente a exposição aos choques da taxa de câmbio e da taxa de juros. As agências internacionais de classificação de crédito atribuíram ao Brasil um grau de investimento seguro em abril de 2008 e publicaram atualizações em abril e junho de 2011.

9. **A aceleração do crescimento do Brasil tem se beneficiado com um favorável cenário externo, que contribuiu para o rápido crescimento nas exportações e reservas internacionais.** Graças a um sólido desempenho em exportação após a recessão econômica global de 2001 e antes da recente crise financeira global, o Brasil foi capaz de gerar superávits comerciais consideráveis – em média US\$ 32,5 bilhões durante 2002-2008. Como resultado, o país foi capaz de acumular grandes reservas internacionais – US\$ 206 bilhões até o fim de 2008 contra US\$ 37 bilhões em 2002 – e tornou-se um credor internacional de dívidas líquidas.

10. Assim como as exportações se beneficiaram de grandes aumentos nos preços internacionais dos produtos básicos, exportações de serviços e produtos de manufatura também exibiram um forte crescimento. Os acordos comerciais do Brasil aumentaram de modestos 12% durante 2002-2008, comparados a um aumento de mais de 200% nos preços internacionais dos produtos básicos. Respondendo por 45% do total de exportações brasileiras em 2002-2008, as exportações de bens manufaturados tiveram um aumento de até 41% em volume, comparados aos 36% de produtos básicos. O Brasil também diversificou seus destinos de exportação, com grandes aumentos no comércio com o Mercosul, a região Ásia-Pacífico e com a União Europeia.

11. Um aumento constante do crédito também contribuiu para um positivo desempenho do crescimento do Brasil na última década. No final da década de 1990, o Brasil implementou um programa de reforma bem-sucedida para reestruturar, fortalecer e modernizar seu sistema financeiro após o Plano Real. Além disso, o GdB estabeleceu um contexto regulador e fiscalizador muito conservado, criou um mecanismo de seguro de depósito, modernizou os sistemas de pagamento e assentamento, aprovou novas Leis de Falência e Crédito Habitacional e emitiu normas para permitir o uso de salários e transferências como garantia de empréstimos ao consumidor. Neste contexto, o crédito expandiu de 26% do PIB em 2002 para 46,9% em maio de 2011 sem comprometer a solvência do sistema bancário.

Desenvolvimentos econômicos recentes

12. A relativa resiliência do Brasil em meio a crise financeira global é um reflexo da boa gestão macroeconômica do país e da solidez de seu sistema financeiro. Após a crise econômica global em setembro de 2008, o Brasil experimentou uma rápida redução no crédito externo e interno e significativa desvalorização da moeda. No aspecto real, a rápida queda da demanda **em meio à crise** externa e um grave declínio em investimentos levaram a uma contração de 3,6% no PIB no quarto trimestre de 2008 e 1% no primeiro trimestre de 2009. A recessão, contudo, durou apenas dois trimestres. Uma rápida resposta das autoridades evitou uma restrição do crédito e permitiu que a demanda interna compensasse a queda nas exportações. A economia tem se recuperando rapidamente. Após experimentar um crescimento de quase zero em 2009, o Brasil cresceu a uma taxa de 7,5% em 2010.

13. A resposta das autoridades à crise global combinou a injeção de liquidez no sistema bancário, uma redução nas taxas de juros e estímulos fiscais e quase fiscais. Graças à credibilidade desenvolvida na década passada o Governo foi capaz de adotar uma postura política de expansão monetária e fiscal. A primeira refletiu na redução do superávit primário do setor público não financeiro de 4,1% do PIB em 2008 para 2,1% em 2009, graças principalmente a estabilizadores automáticos, mas também às reduções nos impostos de bens de consumo selecionados, ao crescimento do investimento público e ao aumento de empréstimos concedidos por bancos públicos. Em paralelo, o Banco Central baixou a taxa da política em até 500 pontos básicos, reduziu os requisitos de reserva e incentivou os bancos maiores a injetar liquidez nos menores. As condições do mercado de crédito foram normalizadas rapidamente.

14. Durante os dois últimos anos, o crescimento foi impulsionado principalmente pelo consumo interno, incentivado pelas políticas fiscais de

expansão e um rápido crescimento de crédito. O consumo domiciliar contribuiu com 4,4 pontos percentuais dos 7,5% de crescimento registrado em 2010. Os investimentos cresceram até 10%. A política fiscal foi apropriadamente anticíclica em 2009, mas tornou-se procíclica em 2010, impulsionada pela extrema rigidez nas despesas correntes, o ciclo político (2010 foi ano de eleição), e as dificuldades de reverter as medidas anticíclicas de 2009. O financiamento do Tesouro ao BNDES, por exemplo, expandiu de R\$ 1,8 bilhão em 2007, para respectivamente R\$ 100 e R\$80 bilhões em 2009 e 2010. O crédito geral concedido pelos bancos cresceu 98% entre agosto de 2008 e maio de 2011, contra 44% de bancos privados.

15. A força da demanda interna tem sido associada a um aumento do déficit da conta atual, que atingiu 2,3% do PIB em 2010 (em comparação a 1,5% em 2009) sobre o mesmo valor de IED neste ano. Os investimentos em carteira estrangeira, contudo, permaneceram muito fortes, impulsionados pela liquidez internacional, grandes diferenciais na taxa de juros e sólidas condições macroeconômicas. As elevadas entradas de capital contribuíram para a apreciação do *Real* e motivaram o aumento de 2 para 2,3% na tributação de transações financeiras de investimentos estrangeiros em renda fixa. O Banco Central acumulou rapidamente reservas internacionais, atingindo US\$ 336 bilhões em junho de 2011 (dos US\$ 238,5 bilhões em dezembro de 2009). Em março de 2011, a posição do credor do setor público em moeda estrangeira tinha alcançado US\$ 268 bilhões (sua dívida externa era de US\$ 67,6 bilhões). A dívida externa bruta do setor privado, contudo, aumentou até 49% durante esse período (88% no caso dos Bancos), chegando a US\$ 310,5 bilhões (US\$ 19,5 bilhões para Bancos). A dívida externa bruta, definida em termos amplos – incluindo empréstimos interempresariais e obrigações na carteira da dívida para não residentes concedidos no Brasil – é hoje de US\$ 502,5 bilhões, um aumento de cerca de US\$ 373,4 bilhões no final de 2009. O Banco Central intensificou devidamente seu monitoramento de riscos prudenciais e macroprudenciais associados à potencial discrepância entre moedas entre empresas financeiras e não financeiras – ex., ao elevar as exigências de relatórios sobre empréstimos estrangeiros de corporações não financeiras. Também tomou medidas para mitigar esses riscos ao restringir as regulamentações sobre as posições abertas líquidas dos Bancos e ao restringir as exigências de capital para reduzir o crescimento do crédito.

16. Para enfrentar riscos de superaquecimento, o Banco Central adotou uma postura monetária contracionária. A inflação de 2010 fechou em 5,9% e atingiu 6,5% de lá até maio de 2011, ultrapassando a meta de 4,5%. As condições do mercado de trabalho ficaram mais rigorosas com níveis recordes de criação de empregos e desemprego historicamente baixo (6,4%). Para controlar a inflação, o Banco Central elevou a taxa da política em até 350 pontos básicos desde abril de 2010, para 12,25% em junho de 2011. Também tomou medidas macroprudenciais para conter o rápido crescimento do crédito. Esse crescimento já começou a desacelerar embora indicadores de inadimplência em estágio inicial (emprestimos vencidos entre 15 e 90 dias) tenham subido gradualmente no último ano, principalmente no segmento de consumidor (6,5% em março de 2011 de 5,9% em dezembro de 2010). Embora este desenvolvimento seja um prenúncio de coeficientes de NPL mais elevados nos próximos meses, o sistema bancário parece estar bem preparado para absorver uma piora na carteira de crédito. Em março de 2011, os bancos reportaram um índice de adequação de capital de 16,9% – 15,6% no caso de bancos pequenos e médios. Na verdade, os bancos conseguiram elevar organicamente sua base de capital por meio da capitalização de lucros robustos.

Além disso, os supervisores estão introduzindo gradualmente exigências de capital restritas em antecipação ao Basileia III.

17. A política fiscal também começou se tornar menos procíclica conforme revelado pelos fortes resultados obtidos no início de 2011 com relação às metas oficiais. Entre janeiro e abril de 2011, o superávit primário acumulado era de R\$ 41,5 bilhões, em comparação às metas de R\$ 22,9 bilhões para o período e R\$ 81,7 bilhões em 2011 como um todo. Contudo, o desempenho fiscal tem dependido mais da solidez das receitas do que da restrição duradoura em gastos onde não há investimento. Cortes ainda maiores nas despesas correntes ajudariam na gestão do ciclo econômico, inclusive ajudando a obter um melhor equilíbrio no controle da demanda interna entre instrumentos de políticas fiscais e monetárias.

18. A previsão macro de médio prazo aponta para uma faixa de crescimento do PIB de 4 a 4,5%. O crescimento deve ser impulsionado por uma forte demanda interna agregada liderada pelo consumo privado e em menor grau pelo investimento (Tabela 1). Altos níveis de confiança entre consumidores e industriais, baixo índice de desemprego e salários mais altos apoiarão a demanda agregada. O aumento dos investimentos também será impulsionado pelos novos campos de petróleo do “Pré-Sal” e pela preparação do país para a Copa Mundial de 2014 e pelos Jogos Olímpicos de 2016.

Tabela 1: Brasil – Principais Indicadores e Projeções Macroeconômicas, 2005-2015

Indicator	2005	2006	2007	2008	2009	Est. 2010	Projection			
							2011	2012	2013	2014
National Accounts										
Real GDP Growth (%)	3.2	4.0	6.1	5.2	-0.6	7.5	4.0	4.1	4.5	4.5
(annual real percent change, unless noted) (in percent of GDP, unless noted)										
Gross domestic investment	15.9	16.4	17.4	19.1	16.9	18.4	18.9	19.1	19.6	20.1
Public sector	2.5	2.5	2.6	2.9	3.0	3.2	3.3	3.3	3.5	3.6
Private sector	13.5	13.9	14.8	16.2	13.9	15.2	16.2	16.5	16.9	17.3
External Sector										
Current account	14.0	13.6	1.6	-28.2	-24.3	-47.5	-62.6	-73.6	-88.2	-99.5
Trade balance	44.7	46.5	40.0	24.8	25.3	20.3	16.6	12.0	6.7	5.5
Exports (fob)	118.3	137.8	160.6	197.9	153.0	201.9	252.0	267.6	280.8	298.2
Imports (fob)	73.6	91.4	120.6	173.1	127.7	181.6	235.3	255.6	274.1	292.7
Nonfactor services, net	-8.3	-9.6	-13.2	-16.7	-19.2	-31.1	-38.7	-42.8	-44.0	-47.6
Income and current transfers, net	-22.4	-23.2	-25.3	-36.3	-30.3	-36.7	-40.5	-42.7	-50.9	-57.4
Direct investment, net	12.5	-9.4	27.5	24.6	36.0	37.0	50.2	56.1	59.2	62.5
Portfolio investment, net	4.6	4.3	37.9	3.5	50.5	57.8	44.7	41.4	42.6	45.7
Gross international reserves	53.3	85.2	179.5	192.9	237.4	287.5	340.9	379.0	407.4	436.3
Current account (% of GDP)	1.6	1.2	0.1	-1.7	-1.5	-2.3	-2.5	-2.8	-3.2	-3.4
Non Financial Public Sector										
Total Revenues and Grants	35.8	35.9	35.7	36.6	36.1	36.2	37.9	36.5	36.6	36.7
Total Expenditure	39.2	39.4	38.3	38.0	39.3	37.8	40.6	39.2	39.4	39.6
Current Expenditure	37.0	37.4	36.3	35.5	36.8	35.2	37.9	36.5	36.7	36.9
of which: Interest payments	7.3	6.8	6.0	5.4	5.3	5.3	5.6	5.6	5.5	5.7
Capital Expenditure	2.1	2.1	2.0	2.5	2.5	2.6	2.7	2.7	2.8	2.8
Primary Balance	3.9	3.3	3.4	4.1	2.1	2.4	2.8	2.9	2.7	2.6
Overall Balance	-3.4	-3.5	-2.6	-1.3	-3.2	-2.9	-2.7	-2.6	-2.8	-2.9
Gross Public Sector Debt	69.2	68.1	66.5	70.7	67.9	66.1	62.7	60.1	58.1	55.6
Domestic Debt	59.9	60.3	61.4	65.2	63.8	62.7	60.2	57.5	55.5	53.2
External Debt	9.3	7.8	5.1	5.5	4.1	3.4	2.5	2.6	2.6	2.4
Prices and Economic Activity										
GDP Deflator	7.2	6.1	5.9	8.3	5.7	7.3	5.8	5.0	4.3	5.5
Consumer Price Index (eop)	5.7	3.1	4.5	5.9	4.3	5.9	5.1	4.9	4.7	4.8
Producer Prices (av)	5.6	0.8	5.6	13.7	-0.2	5.7	11.2	5.3	4.9	4.8
Memorandum items:										
Nominal GDP (LCU)	2,147	2,369	2,661	3,032	3,185	3,675	4,042	4,418	4,815	5,309
										5,875

Source: IMF, BCB, IBGE, EIU, WB Calculation

Tradução tabela:

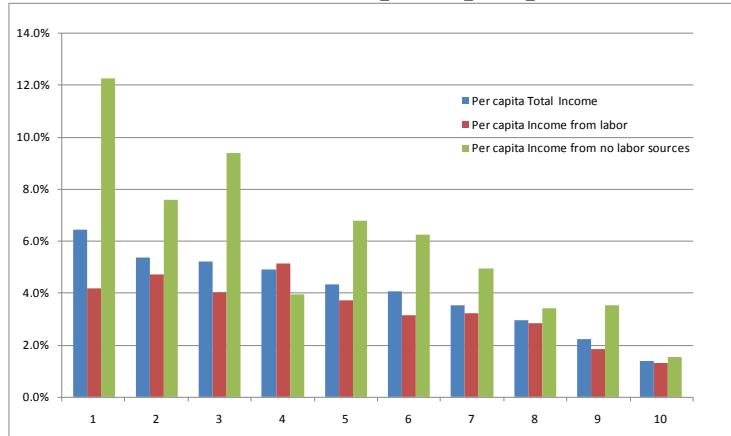
Indicador	Projeção
Contas Nacionais	Mudança percentual real anual, salvo indicação em contrário
Crescimento real do PIB (%)	

Investimento interno bruto	Em percentual do PIB, salvo indicação em contrário
Setor público	Em bilhões de US\$, salvo indicação em contrário
Setor privado	
Setor externo	
Conta atual	Em percentual do PIB, salvo indicação em contrário
Balanço comercial	
Exportações (fob)	Mudança percentual anual, salvo indicação em contrário
Importações (fob)	
Serviços não fatoriais, líquidos	
Transf. atuais e de renda, líquidas	
Investimento em carteiras, líquido	
Conta atual (% do PIB)	
Setor público não financeiro	
Receitas e Subsídios totais	
Despesas totais	
<i>das quais: pagamento de juros</i>	
Despesas de capital	
Saldo primário	
Saldo global	
Dívida bruta do setor público	
Dívida interna	
Dívida externa	
Preços e atividade econômica	
Deflator do PIB	
Índice do preço ao consumidor (eop)	
Preços de produtos (av)	
Itens do memorando:	
PIB nominal (LCU)	
Fonte: FMI, BCB, IBGE, EIU, Cálculo do BM	

Tendências da pobreza

19. **Nos últimos anos, o Brasil alcançou um progresso social muito rápido.** A Figura 2 mostra que o crescimento da renda per capita foi muito mais rápido entre os mais pobres do que entre os segmentos mais ricos da população. Este foi o caso tanto da renda que provém do trabalho como da renda que não provém do trabalho (ex., de programas sociais), com a última respondendo por 42% do crescimento total da renda entre os 30% mais pobres, contra 29% entre os 30% mais ricos. Consequentemente, entre 2003 e 2009 a pobreza caiu até 40% e a extrema pobreza até 52%. Mais de 22 milhões de brasileiros emergiram da pobreza durante esse período e quase 13 milhões saiu da extrema pobreza. O rápido progresso social também foi observado em áreas da educação e da saúde. A subnutrição entre crianças com menos de cinco anos reduziu em mais da metade desde a década de 1990. As taxas de sobrevivência nesse grupo etário e a fração de crianças com peso adequado para sua idade atingiram 98%. Quase todas as crianças estão matriculadas atualmente na escola – 98% delas com idades entre 7 e 14 e o acesso à eletricidade é quase universal.

Figura 2: Crescimento da renda per capita por decil (2001-2009)



Tradução legenda:

Renda per capita total

Renda per capita proveniente do trabalho

Renda per capita não proveniente de trabalho

Nota: Taxas anuais. Fonte: cálculos próprios usando PNAD (2001, 2009).

20. O crescimento econômico explica cerca da metade da grande redução na pobreza observada recentemente no Brasil. Os 50% restantes são o resultado de um declínio na desigualdade, o que pode ser classificado em três importantes fatores: crescimento da renda proveniente do trabalho (45% da queda na desigualdade), maiores transferências do governo (45%) e taxas de dependência reduzidas (10%). A desigualdade deve ficar ainda menor com o rápido processo de envelhecimento e à medida que surgiem novos e melhores programas de proteção social. Contudo, as maiores fontes potenciais de redução da pobreza devem ser os altos índices de crescimento agregado e um aumento na produtividade e salários de trabalhadores na base da distribuição de renda.

Desafios ao desenvolvimento do Brasil: Acelerando o crescimento

21. Aumentos significativos em investimentos públicos e privados serão necessários para enfrentar gargalos atuais na infraestrutura. O Brasil tem tido índices de investimento relativamente baixos com impactos negativos diretos no índice de crescimento potencial da economia. O acúmulo médio de capital fixo agregado foi de 16,7% do PIB durante 2000-2009 e atingiu 18,4% do PIB em 2010. Os investimentos do setor público do Brasil somaram cerca de 3% do PIB nos últimos anos (3,3% em 2010).¹ Investimentos em infraestrutura, em especial, têm caído nas duas últimas décadas, afetando negativamente a competitividade de firmas brasileiras. Investimentos totais (públicos e privados) em energia elétrica, transporte terrestre, telecomunicações e água e saneamento caíram de 5,1% do PIB no início da década de 1980 para 2,1% do PIB em 2001-06.² Os investimentos privados do Brasil também são relativamente

¹ Em comparação, a China e a Índia tiveram taxas de investimento de respectivamente 39,1 e 28,4% do PIB durante 2000-2009, enquanto a taxa da Federação Russa foi de 19,1%. A taxa de investimento público do Brasil é comparável a da Federação Russa, mas está bem abaixo das taxas da China e Índia – cerca de 20 e 8% do PIB, respectivamente.

² Em comparação, no mesmo período, o Chile aumentou seus investimentos nesses setores de 3,4% para 5,2% do PIB.

baixos, especialmente em comparação com as economias asiáticas de crescimento mais rápido.

22. Um desafio complementar é o do aumento da poupança interna com o objetivo de financiar as grandes necessidades de investimento do país. O *Plano de Aceleração do Crescimento* (PAC), iniciado em 2007, pretende aumentar os investimentos agregados para 22% do PIB em 2014.³ Embora a poupança externa possa ajudar a aumentar o investimento, seria melhor maximizar a poupança interna para sustentar o crescimento a longo prazo. A poupança interna do Brasil é relativamente baixa pelos padrões internacionais. Ela atingiu em média 16,2% do PIB entre 2000 e 2009 impulsionada principalmente pela economia privada – a economia pública foi negativa ou perto de zero neste período.⁴

23. Restringir o crescimento nas despesas correntes e melhorar a eficiência do setor público serão medidas essenciais para o aumento da economia pública interna. Aumentar a economia pública e ao mesmo tempo criar incentivos para a expansão da economia privada é um dos maiores desafios enfrentados pelo Governo Brasileiro. Considerando que o Brasil já tem um alto índice de impostos do PIB (cerca de 35%), responder a este desafio sem comprometer aumentos nos investimentos públicos exige um crescimento mais lento das despesas públicas atuais e uma maior eficácia e custo-eficiência dos programas do governo. O GdB anunciou como uma de suas principais prioridades a modernização da gestão do setor público para "fazer mais com menos" e está considerando uma proposta do Congresso de exigir que o crescimento em despesas correntes durante 2012-2015 permaneça abaixo da taxa de crescimento em investimento. Além disso, o GdB está explorando medidas para aumentar a poupança privada interna, incluindo o desenvolvimento de financiamento de moradia e de mercados de financiamento de longo prazo e reduções nos encargos da folha de pagamento.

24. O aumento do crescimento potencial também exigirá aumentos significativos na mão de obra e na produtividade total dos fatores. Na segunda metade do século XXI, a produção do Brasil por trabalhador cresceu a uma taxa anual de 2,1%. Exercícios tradicionais do custo do crescimento agregado sugerem que a produtividade total dos fatores foi de 0,6% em média durante este período de 50 anos, respondendo por cerca de 20% do aumento da produtividade da mão de obra.⁵ Mais recentemente, o crescimento da TFP acelerou, alcançando 1,1% ao ano durante 2002-2008.⁶ Isso equivale à taxa de produção por aumento no número de trabalhadores nos EUA nas três décadas anteriores. Desse modo, embora o Brasil pareça estar acompanhando a taxa de mudança tecnológica global, a eficiência agregada da economia brasileira teria que crescer a uma taxa ainda mais rápida se quiser contribuir para a redução do relativo hiato de renda do país em comparação a economias mais avançadas.

³ Investimentos planejados sob o PAC em 2007-2010 e 2011-2014 totalizaram respectivamente R\$ 504 bilhões e R\$ 955 bilhões.

⁴ No mesmo período, China, Índia e a Federação Russa tiveram uma economia interna de 30 a 47% do PIB.

⁵ Ver Gomes, Pessoa e Velloso (2003).

⁶ Ver Kumar et al. (2010).

25. O GdB manifestou sua intenção de revitalizar sua política de desenvolvimento econômico, com um foco renovado na promoção de inovação e crescimento da produtividade entre pequenas e médias empresas. A abordagem do Brasil de acelerar o crescimento da produtividade distingue implicitamente entre, primeiro, promover a inovação entre o grupo de empresas brasileiras líderes de nível internacional e, segundo, reduzir o hiato de produtividade entre essas empresas líderes e o grande número de empresas pequenas e médias que compõem o resto da economia e exibem níveis muito mais baixos de produtividade.

26. **Melhorias complementares na quantidade e qualidade de capital humano são essenciais para aumentar a produtividade da mão de obra.** A expansão massiva da escolaridade no Brasil nos últimos 15 anos teve efeitos dramáticos na força de trabalho.⁷ Em 1993, perto de 70% da força de trabalho não havia concluído o ensino médio. Hoje esse número é de 40%. A maior mudança não é o acesso à escola fundamental, mas a parcela muito mais alta de crianças que permanecem na escola até o ensino médio. Para o sistema de educação básica, a implicação primordial é a urgência de se elevar os padrões de aprendizado dos alunos, especialmente entre crianças pobres.

27. **A rápida transição demográfica do Brasil gera desafios e oportunidades econômicas e sociais.** O Brasil está atualmente passando pelo chamado período de bônus demográfico de sua transição demográfica, exibindo uma taxa de queda de dependentes na população em idade de trabalho. No entanto, esta situação será revertida a partir de 2020. Por um lado, isso permitirá que a parcela do PIB dedicada à educação decline gradualmente sem reduzir os níveis de investimento por estudante. O desafio é aproveitar esta oportunidade para melhorar a eficácia do sistema educacional, de modo que eleve a produtividade da próxima geração. Por outro lado, as despesas com seguro social e saúde devem aumentar substancialmente, impulsionadas principalmente pela parcela crescente de idosos na população. Embora as reformas previdenciárias de 1999 e 2003 tenham reduzido pela metade os custos previstos com despesas previdenciárias, esses custos devem mais do que dobrar para 22,4% do PIB até 2050.

Tornando o crescimento mais inclusivo e ambientalmente sustentável

28. **A Presidente Dilma Rousseff anunciou sua intenção de erradicar a pobreza extrema e focar na melhoria das oportunidades para as populações vulneráveis.** Para esse fim, o GdB anunciou o programa multisectorial “Brazil sem Miséria” (BSM), que visa as 16,2 milhões de pessoas que ainda vivem em extrema pobreza no Brasil – isto é, com menos de R\$ 70 per capita ao mês (cerca de US\$ 1,5 por dia). O programa BSM é composto de três importantes pilares: transferências de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. O Governo pretende expandir a cobertura de seus principais programas para melhor atingir as populações mais vulneráveis e realizar esforços renovados para melhorar a capacidade de geração de renda da população pobre.

29. **Reducir ainda mais a pobreza e a desigualdade de renda está entre os mais importantes desafios de desenvolvimento do Brasil.** Apesar das importantes conquistas sociais do Brasil, os padrões de vida de dez milhões de brasileiros permanecem muito distantes das médias do OCDE. O Brasil continua entre os 15 países

⁷ Banco Mundial (2010), *Achieving World Class Education in Brazil*.

mais desiguais do mundo e a maior parte dos pobres ainda carece de acesso a serviços públicos de qualidade. Mais de 41 milhões de brasileiros ainda vivem com menos de US\$ 3,5 dólares ao dia – equivalente à linha de pobreza oficial – e expectativa de vida no nascimento permanece relativamente baixa (72,3 anos no Brasil, contra 75,2 na Argentina e 78,5 no Chile). A desigualdade regional também permanece muito alta. As rendas nas regiões Norte e Nordeste acompanham a média nacional em aproximadamente 30 a 40% e exibem uma expectativa de vida mais baixa.⁸ Ainda resta vencer grandes desafios no que se refere a proporcionar melhores oportunidades para que crianças de todas as classes sociais e econômicas possam buscar uma vida produtiva e digna.

30. O Brasil também enfrenta desafios importantes para cumprir sua estratégia de desenvolvimento com baixa produção de carbono e aumentar a resiliência aos choques climáticos. O Brasil tem feito contribuições muito importantes para a atenuação da mudança global do clima. O país continua a ostentar uma das matrizes energéticas mais "limpas" do mundo em desenvolvimento. Além disso, a cobertura das áreas protegidas do Brasil aumentou de 9% (790.000 km²) do território nacional em 2007 para 14% (1.200.000 km²) em 2010⁹ e o desmatamento da Amazônia foi reduzido em 66% desde 2005.¹⁰ O Brasil também está implementando novos programas para financiar a produção de energia renovável e projetos de eficiência energética. Essas medidas são consistentes com a Política Nacional do Brasil sobre Mudança do Clima. O Brasil adotou recentemente uma meta unilateral de redução das emissões de gases de efeito estufa de 36 para 39% até 2020 com relação a um cenário conservador (com base em projeções de 2005). Além disso, após as enchentes e os deslizamentos de 2010 e 2011 no Rio de Janeiro e no Nordeste, o Governo Federal adotou medidas para abordar de forma proativa o desafio de melhorar o preparo e a resiliência aos desastres naturais cada vez mais frequentes.

31. A demanda global de alimentos, principalmente cereais, apresenta ao Brasil oportunidades e desafios históricos. Atender à crescente demanda dos mercados do Sul e do Leste Asiático oferece ao país uma oportunidade única de aumentar a produtividade e a produção agrícola. A produção já atingiu níveis recordes. A colheita de cereais de 2011 chegará a 143 milhões de toneladas, 3% a mais que em 2010. Isso foi obtido principalmente devido ao aumento da produção, mas em parte por uma expansão de 25.000 ha de áreas cultivadas na região amazônica, que cria novos desafios em termos de atenuação das ameaças ambientais relativas ao crescimento.

⁸ Por exemplo, a expectativa de vida está abaixo de 69 anos em Alagoas em comparação aos quase 74 anos em Santa Catarina.

⁹ Ministério do Meio Ambiente, 2011, Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica.

¹⁰ O desmatamento na Amazônia, segundo o INPE-PRODES, abrangeu 6.451 km² em 2010, em comparação com 19.014 km² em 2005. Embora tenha havido oscilações anuais devidas ao tempo e às condições econômicas (p. ex., o desmatamento tende a aumentar nos anos com baixa precipitação e altos níveis de atividade econômica), pode-se observar uma tendência negativa clara desde 2004: em média, 24.940 km² foram desmatados por ano em 2002-04, 14.980 km² em 2005-2007 e 8.940 em 2008-2010.

III. ESTRATÉGIA DE PARCERIA DO BRASIL COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

A. Lições aprendidas com a CPS anterior e com o *feedback* das partes interessadas

Lições do Relatório de Conclusão da CPS do EF08-11

32. **O Relatório de Conclusão (CR) considerou tanto a entrega dos resultados na CPS do EF08-FY11 como o desempenho do Banco Mundial satisfatórios.** O CR considera o projeto da CPS em conformidade com o programa da segunda administração Lula e constata que o Governo e o Grupo Banco Mundial (GBM) tiveram êxito em enfatizar cada vez mais as atividades com uso intensivo do conhecimento, os empréstimos subnacionais e um melhor desempenho do programa. A ênfase no conhecimento significou, por um lado, que o programa de Atividades de Análise e Consultoria (AAA) do Banco Mundial enfocasse a produção de estudos de alta qualidade dos países com o objetivo de fazer contribuições substanciais aos debates sobre políticas nacionais. Por outro lado, o Banco incorporou conhecimentos ativamente nas suas atividades de crédito, com foco em "como" em vez de "o quê" e muitas vezes explorando novos instrumentos para proporcionar melhores resultados, incluindo operações multissetoriais voltadas para resultados (ver Box 1). Essas inovações nos empréstimos estão tendo impacto na elaboração dos programas em todo o Banco Mundial (p. ex., através das novas políticas de DPLs e P4Rs municipais).

Box 1: Operações multissetoriais para soluções de desenvolvimento complexas no nível subnacional

A maioria das recentes operações de apoio aos governos subnacionais no Brasil visaram ajudar os clientes a atingir objetivos de desenvolvimento complexos, que na maioria dos casos são multidimensionais e exigem intervenções multissetoriais.

A evolução em direção a uma carteira multissetorial no nível subnacional é o resultado de diversos fatores, e suas interações, que estão relacionados com um ambiente institucional e de políticas em evolução no Brasil e uma estratégia cada vez mais madura do Banco Mundial para responder e fornecer apoio. Em primeiro lugar, o avanço socioeconômico do Brasil na última década e a atual aspiração a um desenvolvimento ainda mais rápido e mais completo pedem um esforço combinado e bem-articulado de políticas e programas em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal) e em todas as áreas. Em segundo lugar, o foco em resultados exige uma governança aprimorada e eficiência de várias intervenções ao mesmo tempo, que em geral são responsabilidade de diversos ministérios e departamentos. Em terceiro lugar, a própria ênfase maior do Banco Mundial para obter e recompensar resultados produziu na carteira do Brasil um distanciamento dos insumos e um foco mais forte em medir os resultados e fortalecer a transparência e a responsabilização, os quais, por sua vez, exigem uma estrutura de governança global robusta e intervenções integradas em vários setores. Trabalhar com diversos ministérios, departamentos e órgãos na mesma operação permite que o Banco Mundial apóie o fortalecimento dos sistemas fiduciários do país e as estruturas de governança e responsabilidade com maior eficiência, bem como a criação de sinergia entre as políticas e os programas.

Alguns exemplos ilustram as vantagens de operações multissetoriais que usam diferentes instrumentos para ajudar os governos subnacionais clientes a fornecerem soluções de desenvolvimento para questões complexas aos seus cidadãos. No Estado do Acre, o Projeto de Inclusão Social e Econômica utiliza uma abordagem territorial (espacial) para apoiar os esforços do Governo para promover a inclusão social e econômica das populações mais pobres e vulneráveis que vivem tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais isoladas do Estado. Os setores prioritários para intervenções incluem saúde, educação, gestão de recursos naturais e agricultura. No Estado do Rio de Janeiro, o Empréstimo para Política de Sustentabilidade Fiscal, Desenvolvimento Humano e Competitividade apoiou o Governo no fortalecimento de seus programas e políticas para melhorar a gestão fiscal, a competitividade e a prestação de serviços de saúde e educação na época das reduções de receitas temporárias previstas associadas com a crise financeira e a recessão econômica global de 2008-2009. No Estado da Bahia, o Projeto Integrado de Gestão de Água e Saúde desenvolve uma abordagem inovadora para reduzir a mortalidade infantil com o aumento do acesso a água potável, saneamento e cuidados básicos de saúde nos municípios mais pobres de forma coordenada.

33. O foco no trabalho com os Governos subnacionais significou que cerca de três quartos dos compromissos totais durante o período da CPS foram para os Estados e Municípios. Ainda assim, o Banco Mundial manteve uma forte parceria com o Governo Federal tanto diretamente como através do seu trabalho no nível subnacional, a fim de aumentar a sustentabilidade fiscal e melhorar a implementação de políticas nacionais. O desempenho dos programas também melhorou consideravelmente. A redução pela metade do período entre a discussão da Nota de Conceitos e a efetivação do projeto permitiu que a equipe do Banco Mundial respondesse prontamente às solicitações dos clientes. Outras melhorias na eficiência e receptividade do Banco Mundial foram obtidas por meio da adoção gradual de sistemas do país em determinados Estados.

34. O empréstimo total do BIRD na CPS chegou a US\$ 11,5 bilhões (no EF08-11). Desse total, US\$ 5,2 bilhões foram entregues no EF08-09, conforme previsto para esse período no programa de empréstimos da CPS indicativo. A IFC expandiu substancialmente suas atividades no Brasil durante o período da CPS. Os compromissos aumentaram para US\$ 3,79 bilhões no EF08-EF11, em relação aos US\$ 1,48 bilhão dos

anos anteriores. A carteira de investimentos da Corporação no Brasil agora se mantém em US\$ 2,18 bilhões, tornando-a o segundo maior parceiro global da IFC. A coordenação entre a IFC e o Banco Mundial quanto aos objetivos estratégicos comuns foi fortalecida, com o programa da IFC cada vez mais focado nos objetivos estratégicos e complementando o financiamento e o investimento com consultoria estratégica.

35. A obtenção de resultados da CPS foi intensa. Como na CPS anterior, o programa ajudou a obter bons resultados na prestação de serviços sociais que contribuíram para melhorar os resultados em saúde, educação e assistência social. O trabalho fiscal em determinados estados ampliou a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal e ajudou a melhorar a gestão do setor público com a expansão de práticas de gestão baseadas em resultados. Com base nos esforços passados, o programa sobre o meio ambiente ajudou o governo a implantar uma plataforma institucional através da qual fosse possível coordenar os esforços em toda a ampla gama de áreas e setores relevantes para a sustentabilidade ambiental e integrar os problemas relativos à mudança do clima, todos os quais demonstraram resultados ambientais positivos e melhoraram o desenvolvimento sustentável na Amazônia (ver Box 2). A agenda de competitividade foi deslocada para as regiões, lançando uma tendência positiva que está ganhando força em todo o país. A IFC e o Banco Mundial apoiaram esforços de sucesso para melhorar o acesso das populações pobres a financiamento e habitação. A IFC está atingindo de modo eficaz as empresas de segundo nível e apoia pilotos em investimentos sustentáveis nas regiões do Cerrado e da Amazônia.

36. O Relatório de Conclusão destaca as seguintes conclusões que são relevantes para a elaboração da nova estratégia.

- **Preservar e aperfeiçoar a abordagem de trabalhar tanto com o governo federal como com os estados para obter resultados nacionais.** O "oportunismo" impulsionado pela demanda e baseado em princípios no Brasil produziu uma carteira sólida e bem-estruturada no nível subnacional, com intervenções que estão tendo efeitos de demonstração tanto dentro como fora do Brasil. A eficácia da abordagem contou com uma sólida parceria entre os níveis federal e subnacionais. Para o futuro, é aconselhável fortalecer as parcerias por meio de (a) transmissão mais sistemática de lições, experiência e aprendizado tanto horizontalmente como trabalhando pelo nível federal e (b) retornando a atenção para o apoio de ajustes nas plataformas de políticas nacionais, com base nas lições aprendidas no nível estadual.
- **Manter como opção preferencial de participação a inovação por meio de design de produtos e AAA complementar voltada para “como” em vez de “o quê”.** Uma lição que se pode tirar é que a abordagem no Brasil funcionou bem porque as intervenções e operações enfocaram a **criação de conhecimentos**, e não apenas a transferência de conhecimentos. Vendo em retrospectiva, parece claro que a parceria com um país sofisticado de renda média alta proporciona um campo fértil para a inovação – criação de conhecimento. Daí a relevância de AAA inovadora como ocorreu na educação e no meio ambiente e a maior atenção dada à avaliação dos impactos em todo o Programa Brasil (ver Box 3).

Box 2: A Amazônia: Conservação com desenvolvimento e oportunidades

A Amazônia, a maior floresta tropical do mundo e que abriga cerca de 25% da biodiversidade do globo, também é onde vivem 24 milhões de brasileiros. Essa população precisa de oportunidades e serviços, mas em um contexto sensível do ponto de vista ambiental. A história passada do Brasil e as tendências atuais mostram que o desenvolvimento na Amazônia vai acontecer, a única questão é o quanto sustentável ele será. Em resposta às demandas dos governos federal e locais, a CPS do EF08-11 desenvolveu um Contexto Amazônico, amplamente discutido com o governo, os círculos acadêmicos, o setor privado e a sociedade civil tanto nacional como internacionalmente, que define os princípios para a participação do Grupo e o trabalho na região. Desde então, todas as atividades do GBM no bioma buscaram:

- Estabilizar a contribuição da Amazônia para a conservação da natureza e serviços ambientais globais;
- Apoiar os esforços do Brasil para gerenciar o fluxo de produtos e outros recursos naturais da região, no contexto do desenvolvimento sustentável;
- Aumentar o acesso aos serviços básicos para a população que vive na Amazônia brasileira; e
- Garantir o emprego e o crescimento econômico sustentável.

De acordo com o Contexto, o programa do Grupo Banco Mundial adotou uma abordagem múltipla, enfatizando a conservação, a gestão sustentável dos recursos naturais, a regulamentação de posse da terra e a agricultura de baixo impacto, bem como um forte foco nas políticas públicas de licenciamento e gestão ambiental. Os esforços do GBM definidos no Contexto contribuíram para o estabelecimento por parte dos principais varejistas nacionais de requisitos de cadeias de produção sustentáveis de referência para a carne e a soja da região.

O Contexto se beneficiou grandemente da experiência dos projetos existentes da Amazônia tais como o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Pará (US\$ 60 milhões), o Programa-Piloto para a Conservação das Florestas Brasileiras (total de US\$ 150 milhões) e várias iniciativas do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF). Essa experiência foi traduzida em novas iniciativas multissetoriais tais como o Projeto de Serviços Básicos e Desenvolvimento Sustentável do Alto Solimões (US\$ 24,25 milhões) e o Projeto de Inclusão Social e Econômica e de Desenvolvimento Sustentável do Acre, (US\$ 120 milhões), que aliam desenvolvimento social inovador, prestação de serviços e uso sustentável dos recursos da floresta. Por exemplo, o Projeto do Acre criou mais de 120 mil escolas, expandiu os serviços de saúde da família para 75% das famílias rurais e aumentou a produção sustentável das cooperativas e associações de agricultores em 30%. O Contexto Amazônico também forneceu informações ao Empréstimo para Políticas de Desenvolvimento de Gestão Ambiental Sustentável (US\$ 1,3 bilhão), que ajudou o Brasil a melhorar a eficácia e a eficiência de políticas e diretrizes do sistema brasileiro de gestão ambiental, incluindo o controle do desmatamento na Amazônia; e para integrar ainda mais os princípios de desenvolvimento ambientalmente sustentável em gestão e conservação de recursos naturais no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES). Outros projetos incluíram a nova fase do Programa-Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras com a Base Cartográfica da Amazônia (US\$ 4,5 milhões), a Assistência Técnica para o Cadastro Ambiental Rural (US\$ 3,5 milhões) e o Projeto de Identificação de Áreas Degradadas na Amazônia (US\$ 0,79 milhões). A Fase 2 do Projeto de Áreas Protegidas da Região Amazônica do GEF (US\$ 15,9 milhões) consolidará um sistema de áreas protegidas totalizando mais de 50 milhões de hectares, uma área do tamanho da França.

- **Manter a continuidade e a persistência entre as estratégias para assegurar a obtenção dos objetivos de longo prazo.** A implementação dessa CPS mostra (como vários documentos do ICR indicaram) que a obtenção de resultados é um processo sequencial e cumulativo que precisa ser formulado dentro de uma perspectiva de aprendizado de longo prazo. A produção de resultados durante essa CPS baseou-se em esforços anteriores de apoio às reformas das políticas na década de 1990 e no início da década de 2000. O processo combinou trabalho analítico para apoiar a elaboração de políticas, e o monitoramento e a avaliação crescentes para informar o aprimoramento dos contextos de políticas. Muito importante no Brasil, um país federativo onde grande parte das responsabilidades foram delegadas, esses processos incluem o aprendizado e a experimentação em todos os níveis de governo.

Nesse contexto, o papel do Banco Mundial como parceiro associado que fornece conhecimento e capacidade de avaliação de impactos e ajuda a elaborar o processo de aprendizado pode ser bastante produtivo.

- **Maior apoio ao papel do Brasil como líder do diálogo Sul-Sul.** O foco do Brasil na inovação levou ao desenvolvimento de abordagens em uma ampla faixa de áreas que são relevantes no restante do mundo. O Grupo Banco Mundial deveria intensificar seu apoio aos esforços do Brasil para compartilhar esse conhecimento com o resto do mundo.
- **Nesse sentido, concentrar a parceria em áreas onde persistem as principais lacunas para intensificar ainda mais a importância da participação do WGB.** Por exemplo, o trabalho sobre melhoria da eficácia do setor público, criação do espaço fiscal e ampliação das PPPs no nível estadual deveria teoricamente ser ampliado e intensificado para gerar resultados no nível nacional.

Box 3: Avaliação de impactos – uma parte integrante da Agenda de Conhecimento e Inovação do Brasil

O Brasil atualmente tem o maior número de Avaliações de Impacto (IEs) em andamento no Banco Mundial (20). As avaliações de impacto estão incorporadas na implementação das operações do Banco Mundial no Brasil e são intrínsecas para a sua eficácia. A maioria das operações do Banco Mundial no Brasil é programática, e usa SWAps, DPLs e abordagens fortemente multisectoriais para fornecer conteúdo de conhecimento intensivo. As avaliações de impacto são um componente importante dessa abordagem e contribuem para avaliar a eficácia de políticas e programas inovadores, aprimorá-los e aumentar seus benefícios.

Um exemplo importante é a contribuição inicial do Banco Mundial para a transferência monetária condicionada do destacado programa *Bolsa Família* do Brasil, na forma de desenvolvimento da capacidade do governo para monitoramento e avaliação. Isso permitiu que o país impulsionasse com eficácia o impacto e o alcance do programa, ajudando a tirar dezenas de milhões de pessoas da pobreza em poucos anos. As avaliações de impacto comprovaram depois os resultados do Bolsa Família na frequência escolar, na redução do trabalho infantil e no aumento do empreendedorismo, entre outros. Os resultados dessas avaliações ajudaram a melhorar o programa em geral.

Para sistematizar e integrar esses esforços, foi criado o Grupo de Monitoramento e Avaliação do Centro de Memória da Unicamp (CMU), permitindo a coordenação e o acúmulo de um estoque de conhecimentos para ajudar a informar e incentivar o diálogo relativo a projetos futuros e trabalho analítico, e gerando um conhecimento local para informar as decisões políticas em tempo real. Por exemplo, como parte de um novo projeto de apoio ao Bolsa Família, o Banco Mundial renovou seu compromisso de ampliar e consolidar sua capacidade de monitorar e avaliar programas sociais nos níveis federal e estadual. Essa será a chave para cumprir o objetivo de atingir os 16 milhões de pessoas que permanecem em extrema pobreza no país. Outros exemplos incluem uma colaboração com a Iniciativa de Adaptações Agrícolas, que ajudou a aumentar a competitividade e o acesso aos mercados de pequenos agricultores no Nordeste e, ao mesmo tempo aumentou a sustentabilidade agrícola; o apoio para melhorar a eficácia dos professores e experimentar os inovadores programas de "*pagamento por desempenho*" que vinculam de modo mais estreito as recompensas dos professores a resultados, principalmente os resultados de aprendizado dos alunos; o apoio à prestação de serviços de baixo custo de Desenvolvimento da Primeira Infância; a avaliação de um programa de alfabetização financeira nacional (o maior do mundo) para entender melhor o seu impacto sobre comportamentos de poupança e a demanda de serviços financeiros; e a IE de reformas nas regulamentações comerciais voltadas para aumentar seu impacto na formalização de microempresas.

Assim como em outros Países de Renda Média (MICs), a agenda de avaliação de impacto está desenvolvendo uma tendência sul-sul cada vez mais importante, estratégica tanto para o país como para o Banco Mundial. No caso do Brasil, o Banco Mundial é catalítico e agrega valor a muitas das iniciativas do país na África e na Ásia, em áreas distintas como reforma judicial, proteção social, energia limpa e HIV/Aids. A IE é fundamental para adaptar e melhorar essas iniciativas de acordo com os novos contextos. O Brasil e suas contrapartes vêm o Banco Mundial como um parceiro natural para facilitar esses intercâmbios e desenvolvê-los no lado receptor.

Conclusões de recentes avaliações do IEG

37. Em janeiro de 2010, o IEG concluiu uma avaliação da estratégia de participação estadual no Brasil do Banco Mundial (bem como em três outros grandes países federativos: Rússia, Índia e Nigéria). De um modo geral, o estudo reconhece o sucesso dessa estratégia e identifica alguns desafios, resumidos em três eixos: (i) *quais* estados vão participar, (ii) o *escopo* da participação e (iii) as *modalidades* de participação. O IEG concorda com a necessidade de uma abordagem seletiva nas participações em nível estadual no Brasil. Embora a avaliação recomende que os critérios de seleção deveriam dar mais peso às necessidades dos estados mais pobres, o IEG concluiu que o envolvimento com os estados de alto desempenho ajudou nitidamente a fortalecer a capacidade interna do estado e incentivou a transferência de

conhecimento entre os estados. Quanto à abordagem de participação do Banco Mundial, o foco principal na melhoria da gestão do setor público é considerado uma boa escolha pelo IEG, quer a participação do Banco se restrinja a essa área ou como um ponto de partida para participações multissetoriais mais amplas. O IEG também reconhece a abordagem inovadora embutida nas SWAps multissetoriais desenvolvidas pela Equipe do Brasil, descritas como um caso de sucesso com potencial para gerar propagação de conhecimentos para outros países membros. Finalmente, a avaliação também sugere ampliar o escopo e aumentar o volume de trabalho analítico no nível estadual.

Consultas aos interessados

38. A CPS do Grupo Banco Mundial para o EF12-15 foi preparada utilizando vários mecanismos de diálogo e feedback, incluindo o Relatório de Conclusão da CPS (Anexo 3) e uma série de consultas com alguns dos principais clientes federais e subnacionais. Até agora foram consultados os governadores de sete Estados (dos 27 do país), representando todas as cinco regiões do país e responsáveis por mais de 55% do PIB brasileiro e 43% da população do país. Além disso, três prefeitos das principais cidades também foram consultados. Uma consulta regional do NE do Brasil foi realizada em Fortaleza em 20-22 de junho durante o Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

39. As consultas subnacionais sugerem que as autoridades valorizam bastante o apoio ao desenvolvimento do Grupo Banco Mundial. Além disso, as contrapartes vêem o GBM como uma instituição de desenvolvimento de nível mundial e um importante parceiro dos governos subnacionais. Por exemplo, os governadores do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul descreveram o envolvimento do Banco Mundial como essencial para aumentar o espaço fiscal dos Estados para investimentos, bem como para determinar padrões de gestão pública. O Governador do Ceará enfatizou a importância da participação do Banco Mundial na região Nordeste do Brasil, onde os níveis relativamente baixos de renda e capacidade institucional aumentam o valor do conhecimento e dos recursos do GBM como catalisadores para estratégias de desenvolvimento eficazes. De modo similar, o Governador do Estado do Acre enfatizou que a abordagem flexível do Banco Mundial apoia o objetivo do estado de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável. O Governador do Mato Grosso do Sul, da região Centro-Oeste do Brasil, enfatizou o papel realizado pelas políticas de salvaguarda do Banco Mundial para assegurar que os investimentos em infraestrutura não coloquem em perigo a rica biodiversidade do Estado. O Governador de São Paulo chamou atenção para o fato de que o apoio do Banco Mundial garante a continuidade de projetos entre as administrações. Finalmente, os prefeitos das cidades do Rio de Janeiro, Recife e Santos destacaram o valor do apoio do Banco Mundial para a criação de estratégias de desenvolvimento sustentável e multissetoriais com resultados imediatos e de longo prazo para suas cidades.

40. Uma pesquisa qualitativa em 2010 com 70 brasileiros responsáveis por decisões do governo (federal, estadual e municipal), do setor privado, da sociedade civil e dos círculos acadêmicos revelou que 91% dos entrevistados consideravam as relações entre o Banco Mundial e o Brasil "muito boas" ou "boas". Entre os aspectos negativos, o percentual mais alto (21%) indicou que o Banco Mundial apoia somente projetos do seu próprio interesse. De acordo com os entrevistados, os três pontos mais fortes do Banco Mundial em sua relação com o Brasil eram que ele "traz novos procedimentos e

conhecimentos” (26%); “apoia o desenvolvimento” (17%) e “incentiva o crescimento econômico”, com 11% de todas as respostas. Quando perguntados sobre as áreas em que o Banco Mundial deveria ter um papel mais ativo no Brasil, a primeira prioridade foi “educação e saúde”, seguida de “combate à pobreza” e “apoio à infraestrutura”.

B. ESTRATÉGIA PROPOSTA DE PARCERIA DO GRUPO BANCO MUNDIAL

Visão geral da estratégia de parceria do Banco Mundial

41. O Programa de Governo da Presidente Dilma Rousseff fornece a estrutura da CPS do GBM para o Brasil. Com base nas realizações da última década, a Presidente Dilma pretende erradicar a extrema pobreza durante a sua gestão e aumentar significativamente a taxa de investimentos do Brasil, mantendo a estabilidade macroeconômica, e ampliar o papel do Brasil na agenda de políticas globais. Trata-se de desafios complexos e de segunda geração que exigem abordagens inovadoras e de conhecimento intensivo. Do mesmo modo, a geração de capacidades para monitoramento e avaliação dos impactos do desenvolvimento será essencial para os objetivos do Brasil e o apoio do Banco Mundial. Durante o período da CPS, o GBM trabalhará em estreita coordenação com os governos federal e subnacionais para contribuir com a meta do Governo do Brasil (GoB) de alcançar taxas mais altas de crescimento inclusivo e sustentável por meio do apoio de *quatro objetivos estratégicos*:

- a. **Aumentar o volume e a produtividade de investimentos públicos e privados, impulsionando assim a capacidade de crescimento com a geração de empregos e renda,** principalmente nas regiões mais pobres do Brasil, tais como o Nordeste (ver Box 4). O Brasil tem um enorme potencial reprimido, com obstáculos criados por desafios institucionais intrincados, não sendo o menor a sua estrutura altamente descentralizada.
- b. **Aumentar a qualidade dos serviços públicos para famílias de baixa renda e expandir o seu fornecimento por meio de canais públicos e privados.** Fortalecer os sistemas de proteção social e melhorar o acesso a educação de qualidade, serviços de saúde e habitação demonstraram ser instrumentos poderosos para promover o desenvolvimento social e econômico contínuo do Brasil por meio do aumento da equidade e da expansão das oportunidades. Eles adquirem uma importância renovada na CPS proposta devido à meta da Presidente Dilma de erradicar a extrema pobreza.
- c. **Promover o desenvolvimento econômico regional por meio de melhores políticas, investimentos em infraestrutura estratégica e apoio dos atores do setor privado em áreas remotas.** Enquanto o país se prepara para alcançar um novo nível de crescimento e desenvolvimento, cumpre envidar esforço especial no sentido de reduzir as desigualdades regionais, evitando um efeito de redução de nível e, ao mesmo tempo, eliminando a lacuna social e econômica com o restante do país. Como foi mencionado, o Banco Mundial colocará uma ênfase renovada no apoio à região Nordeste do Brasil.
- d. **Melhorar ainda mais a gestão sustentável de recursos naturais e aumentar a resiliência aos choques climáticos, maximizando ao mesmo tempo as contribuições ao desenvolvimento econômico local, e ajudando a atender à crescente demanda global de alimentos.** O Brasil conseguiu conter os efeitos ambientais do seu recente crescimento, mas precisa se concentrar mais nas soluções de longo prazo para permitir uma melhor capitalização dos seus recursos naturais de

forma sustentável. O Brasil também está ciente da necessidade de reduzir a vulnerabilidade da sua sociedade e economia para o número crescente de eventos climáticos extremos, como secas e enchentes.

Box 4: Uma parceria renovada com o Nordeste, a região mais pobre do Brasil

O Nordeste do Brasil é formado por nove estados, abrangendo 1,6 milhão km² (tamanho da Alemanha, França e Itália juntas). Com aproximadamente 55 milhões de pessoas, ele representa 29% da população do Brasil, mas apenas cerca de 14% do PIB. Setenta por cento da população rural pobre do Brasil vivem no Nordeste, principalmente nas zonas semiáridas com solos pobres. O desempenho da educação é fraco, com uma média de apenas cinco anos de educação formal e taxas de analfabetismo de 22%. O litoral da região é especialmente propenso a inundações, enquanto o interior passa por secas.

Devido à lacuna histórica de desenvolvimento, o Banco Mundial já é um parceiro antigo da região e a nova CPS redobrará esse foco. Aproximadamente US\$ 2,6 bilhões em recursos estão em preparação para o EF12 e o EF13. O esforço está alinhado com o programa nacional do Governo para erradicar a extrema pobreza. A nova participação do Banco Mundial aproveitará o recente crescimento da região – que está acima das médias nacionais – e um impulso político compartilhado pelos estados para inclusão econômica e geração de empregos, principalmente no interior semiárido onde está a maior parte da pobreza. Entre as principais preocupações estão a infraestrutura e gestão de água, a inclusão econômica rural e a melhoria da qualidade dos serviços públicos, especialmente educação e saúde.

A pobreza no NE do Brasil é principalmente rural e estreitamente vinculada com a agricultura de subsistência. O Banco Mundial fez parceria com o Nordeste para o desenvolvimento de um amplo programa de Desenvolvimento Rural Voltado para a Comunidade, iniciado em 1993, que resulta em mais de 50.000 investimentos comunitários para 11 milhões de beneficiários no Nordeste. A nova CPS aproveitará essas operações anteriores e o capital social gerado para uma nova geração de projetos que ajudarão a incrementar a produtividade agrícola, aumentar o uso eficiente de recursos hídricos escassos e promover a resiliência à mudança do clima. Além disso, será dada maior atenção às questões de gênero e à inclusão de jovens. Com a IFC, o Banco Mundial está incentivando investimentos em empresas de base e financiamento pré-exportação e facilitando contatos entre compradores e produtores.

Inovação - Apesar das debilidades institucionais em muitos governos estaduais, o Nordeste (Ceará) produziu o primeiro SWAp multissetorial do Banco Mundial, que permitiu ao Banco fazer desembolsos com base em resultados em vez de insumos. Esse modelo informou o SWAP de Minas Gerais altamente bem-sucedido e foi adotado em projetos de Pernambuco e da Bahia.

Atualmente a carteira da IFC no Nordeste do Brasil totaliza US\$ 280 milhões e 28 projetos. Isso representa 13% da carteira não comercializável da Corporação. A IFC planeja duplicar seu programa no Nordeste no EF12, de acordo com seu foco estratégico em regiões fronteiriças. Um campo em crescimento para envolver o Nordeste é por meio de serviços consultivos da IFC e do mecanismo de projetos público-privados (PPP).

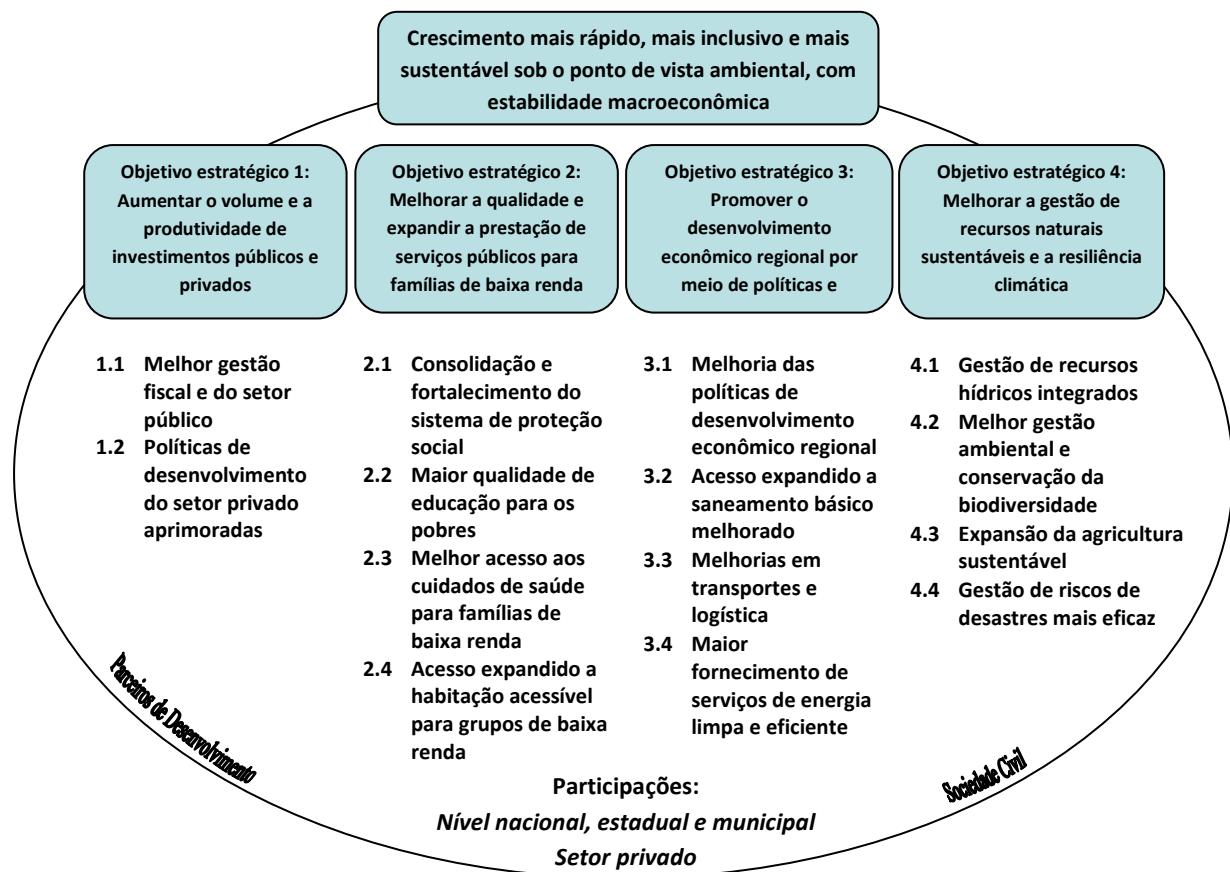
42. O programa do Grupo Banco Mundial. A CPS identifica um programa de empréstimo do BIRD na ordem de US\$ 5,8 bilhões no EF12-13. Os empréstimos anuais no EF12-13 estariam de acordo com o observado na CPS do EF08-11. O plano de empréstimos proposto é indicativo uma vez que a capacidade de empréstimo do BIRD pode mudar com o tempo. Além disso, a implementação desse plano depende de a exposição ao risco do Brasil estabelecida pelo BIRD permanecer abaixo do limite atual de risco de US\$ 16,5 bilhões, conforme definido na estrutura do Limite de Mutuário Único (SBL). O Governo brasileiro fez um pré-pagamento de US\$ 3,1 bilhões em maio de 2011 e está considerando outras opções para reduzir a exposição líquida do BIRD para o Brasil (ver Anexo 4). Embora a IFC não preveja um grande aumento no seu

balanço do Brasil, ela não antevê uma mudança qualitativa na natureza do seu envolvimento com o setor privado do país.

Objetivos estratégicos e áreas de resultados

43. O programa do Grupo Banco Mundial compreenderá 14 áreas de resultados básicas em quatro objetivos estratégicos, que contribuirão conjuntamente para a meta do Brasil de crescimento mais rápido, mais inclusivo e mais sustentável do ponto de vista ambiental, com estabilidade macroeconômica (Figura 3). Os resultados previstos deste programa apresentados a seguir resultam tanto das atividades em andamento com das novas, propostas nesta CPS nos níveis nacional, estadual, municipal e do setor privado.

Figura 3: Objetivos Estratégicos da CPS do Brasil para o EF12-15 e Áreas de



- Objetivo estratégico 1: Aumentar o volume e a produtividade de investimentos públicos e privados

Áreas de resultados:
1.1 Melhor gestão fiscal e do setor público Resultado 1: Estruturas fiscais de médio prazo aprimoradas Resultado 2: Maior orientação a resultados no planejamento, no orçamento e nas despesas Resultado 3: Maior valor do dinheiro em recursos humanos e gestão de aquisições

1.2 Políticas de desenvolvimento do setor privado aprimoradas

Resultado 1: Aprimoramento da estrutura institucional para PPPs

Resultado 2: Expansão do mercado para financiamento de longo prazo e de SMEs

Resultado 3: Melhor acesso ao crédito para famílias de baixa renda

Resultado 4: Melhores políticas para promover investimentos de aumento da produtividade

Área de resultados 1.1: Melhor gestão fiscal e do setor público

44. **Resultado 1: Estruturas fiscais de médio prazo aprimoradas** A posição fiscal do Brasil tem melhorado consideravelmente nos últimos anos graças a reformas fiscais de primeira geração, que o Banco Mundial tem apoiado nos diversos níveis do governo. Particularmente, o Banco Mundial tem produzido atividades de trabalho econômico e setorial criadas para informar o debate sobre políticas em termos de questões fiscais em nível nacional, e tem apoiado determinados estados em seus esforços para melhorar a conformidade com a estrutura de responsabilidade fiscal do país. Também tem apoiado estados e municípios na adoção de reformas de políticas destinadas a criar “espaço fiscal” para aumentar o investimento público e a prestação de serviços sociais, por exemplo, por meio do apoio a reformas da previdência social. Nesse sentido, o Grupo Banco Mundial (GBM) apoiará os esforços do Governo do Brasil (GoB) para divulgar boas práticas em gestão fiscal (incluindo esforços para melhorar a administração tributária e a racionalização das despesas atuais) e gradualmente mudar o foco das questões de gestão fiscal de curto para médio prazo. Especificamente, por meio de sua agenda de Atividade de Análise e Consultoria (AAA), diálogo de política e operações de empréstimo subnacionais, o Banco Mundial contribuirá com o aumento da capacidade do governo para a análise e a gestão de riscos fiscais, a melhoria das projeções de despesas plurianuais e o desenvolvimento de alvos fiscais de médio prazo. No caso das operações com o Estado e o Município do Rio de Janeiro, por exemplo, o Banco Mundial ajudará os respectivos governos a adotarem gradualmente estruturas de despesas de médio prazo. Do mesmo modo, o Banco Mundial apoiará melhorias na gestão de programas de despesas plurianuais em Minas Gerais, análise de riscos fiscais no Rio Grande do Sul e melhorias em sistemas de controle fiscal em Pernambuco. Na medida em que essas inovações demonstrem ser bem-sucedidas, o Banco Mundial usará seu diálogo de política e atividades de empréstimo para promover a divulgação das melhores práticas correspondentes nos três níveis de governo.

45. **Resultado 2: Maior orientação a resultados em planejamento, gestão orçamentária e despesas.** Uma prioridade-chave do GdB é aumentar a “qualidade” das despesas e melhorar a capacidade do setor público de obter resultados de desenvolvimento. Isso requer diversas abordagens. Primeiro, vínculos mais fortes entre prioridades de políticas e planos de médio prazo. Segundo, vinculação de dotações orçamentárias a resultados esperados e obtidos. Terceiro, melhoria da gestão de projetos de investimento público para aumentar sua eficácia, ao mesmo tempo em que reduz os custos correspondentes. O GdB tem progredido em todas essas frentes, inclusive em relação ao apoio do Banco Mundial. Por exemplo, a nova geração de planos plurianuais (PPAs) têm menos programas estratégicos com resultados mais fortes e mais explícitos que os programas devem fornecer. O Banco Mundial apoiará um progresso ainda maior nesta área por meio de suas diversas operações subnacionais multissetoriais - seis nos

Estados do Nordeste e seis no restante do país no EF12-13. Entre os resultados esperados deste trabalho estão o aumento do alinhamento entre as prioridades da política estratégica e dotações orçamentárias reais, melhoria das estruturas para monitorar projetos estratégicos, e novos incentivos para órgãos públicos e gerentes para aumentar seu foco em termos de desempenho e resultados. Além disso, o Banco Mundial apoiará a adoção de procedimentos melhores para avaliação e seleção de projetos de investimento público e esforços para reforçar a capacidade do setor público de planejar, elaborar e executar projetos de investimento de alta qualidade.

46. **Resultado 3: Maior valor do dinheiro em recursos humanos e gestão de aquisições.** O aumento do custo-eficiência dos programas do setor público; isto é, a capacidade de obter resultados esperados a custos razoáveis, considerando os preços predominantes de entrada, é também uma importante prioridade do GoB, para poder “fazer mais com menos.” Na prática, esta meta requer esforços para modernizar ainda mais as práticas de recursos humanos e gestão de aquisições. Os sistemas de recursos humanos do Governo do Brasil têm incorporado com sucesso em suas práticas de recrutamento e promoção os princípios de meritocracia, ética, integridade e legalidade. Nesse sentido, o desafio é aumentar o foco em eficiência, desempenho e, em última análise, no fornecimento de maior valor ao dinheiro. O Banco Mundial apoiará esforços nesta direção, ajudando a melhorar o planejamento de recursos humanos de médio e longo prazos, implementar sistemas de recrutamento que enfatizam ainda mais aptidões específicas de empregos e melhorar as estruturas de carreiras, incentivos e gestão de desempenho. Do mesmo modo, o Banco Mundial continuará a apoiar esforços para melhorar a capacidade dos órgãos públicos de modernizar atividades de aquisições, de modo a fornecer maior valor ao dinheiro. Nesse sentido, o Banco Mundial apoiará a adoção de abordagens mais analíticas e estratégicas em relação a aquisições, a melhoria e padronização de atividades pré-aquisições (*pré-compra*), além da divulgação de leilões reversos (*pregão*) e contratos de estruturas (*registro de preço*). Entre os estados com os quais o Banco Mundial fará uma parceria para melhorar a gestão de aquisições e/ou recursos humanos estão Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Área de resultados 1.2: Políticas de desenvolvimento do setor privado aprimoradas

47. **Resultado 1: Estrutura institucional fortalecida para Parcerias público-privadas (PPPs).** Existe muito interesse no Brasil em usar concessões e PPPs para abordar as necessidades de infraestrutura do país. Existe um longo canal de transações potenciais em nível federal, estadual e municipal. O Brasil tem uma sólida estrutura jurídica para essas operações, mas a capacidade insuficiente e as estruturas institucionais prejudicam a implementação. Até agora, o governo federal assinou um contrato. Estados como Bahia, Minas Gerais e São Paulo têm cerca de três contratos ativos de PPPs cada. O GBM usará algumas de suas operações subnacionais de empréstimos (ex. no Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e serviços remunerados com o governo federal e o município da cidade do Rio de Janeiro para acelerar o desenvolvimento de projetos de PPPs. Essas operações podem ajudar os governos a estruturar transações viáveis, bancárias e a criar e monitorar contratos. O governo também solicitou ao GBM para analisar opções para melhoria da regulamentação de aeroportos. O GBM funcionará como um consultor de transação, usando a instalação de serviços de assessoramento da IFC. A IFC, por meio de seu acordo de cooperação com o BNDES e BID, está apoiando a formulação de capacidade das PPPs em nível federal,

estadual e municipal. Esse apoio abrange a infraestrutura básica e social, além de mecanismos para aumentar a bancabilidade do projeto.

48. Resultado 2: Expansão do mercado para financiamento privado de longo prazo e de SMEs. O Brasil tem um dos maiores e mais sofisticados sistemas financeiros entre os países de mercado emergente. Contudo, os recursos financeiros – diferentemente dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - permanecem de curto prazo (cerca de dois anos no caso de bancos privados). O fornecimento de recursos financeiros de longo prazo permitiria aos bancos atender melhor às necessidades de investimento das empresas. Muitos motivos foram apresentados para explicar a falta de recursos financeiros de longo prazo do setor privado. Tais motivos incluem altas taxas de juros reais, custos elevados de emissão para debêntures corporativas e uso generalizado de taxas de juros de curto prazo como padrões de referência por parte dos gestores de fundos, mesmo ao investir em instrumentos de longo prazo. O GBM usará sua agenda de AAA, incluindo um Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) para ser produzido no EF12, para sugerir opções de políticas para desenvolver produtos financeiros de longo prazo. A IFC continuará com sua estratégia de fornecer um financiamento de longo prazo em moedas local e estrangeira para bancos de nível intermediário que enfoquem predominantemente o setor corporativo de SMEs e de sociedades de média capitalização. Essas empresas tradicionalmente têm uma maior dificuldade em aumentar o financiamento a taxas competitivas do que as empresas maiores. A IFC também espera expandir sua participação acionária em instituições financeiras, permitindo-lhes criar uma base de ativos de longo prazo. A IFC também pretende oferecer novas ferramentas que forneçam um financiamento de longo prazo para empresas, como instrumentos híbridos ou o uso de recursos de seguros para mitigar riscos e estender os prazos de empréstimos. A Corporação espera fazer mais investimentos de capital em empresas de nível intermediário, fornecendo aos investidores balancetes mais sólidos que são necessários para apoiar o crescimento de longo prazo e a criação de empregos. A IFC também espera aumentar a adesão de linhas de financiamento comercial por parte das SMEs que melhorariam seus recursos de gestão de fluxo. Além disso, a IFC pretende trabalhar com as autoridades e com seus clientes para promover um mercado secundário líquido para documentos das empresas, com base nos avanços já obtidos no mercado hipotecário secundário. O papel da IFC seria o de trazer as melhores práticas para o mercado e fornecer melhorias que conferissem aos títulos um status de grau de investimento que justificaria taxas mais baixas de juros e aumentaria a procura dos investidores. Finalmente, os serviços de consultoria da IFC pretendem expandir seu programa de financiamento de eficiência energética para associados e SMEs.

49. Resultado 3: Maior acesso ao crédito para famílias de baixa renda. O acesso a serviços financeiros por parte de famílias de baixa renda tem aumentado consideravelmente no Brasil, ajudando a financiar o consumo e a permitir pequenos investimentos por parte das MSMEs. Aumentos da renda, reformas das políticas e estratégias inovadoras por parte dos bancos para atender a este mercado têm impulsionado o crescimento. O Banco Central tem apoiado esses desenvolvimentos. O GBM usará sua AAA para contribuir para o desenvolvimento da estratégia do GdB para a promoção da inclusão financeira e para o apoio aos governos federais e subnacionais em sua implementação (ex. respectivamente por meio do Segundo APL do Programa Bolsa Família e das novas operações com os estados de Alagoas e Pernambuco). A expansão dos serviços financeiros para os grupos de baixa renda é também um

componente essencial da estratégia da IFC. A IFC espera continuar a expandir seus produtos tradicionais, como linhas de crédito dedicadas para bancos especialistas que enfoquem as MSMEs e as comunidades de baixa renda. Além disso, a IFC pretende trabalhar com reguladores para desenvolver o setor de microfinanciamento no Brasil, além de expandir sua participação no setor e apoiar o crescimento de poupanças e produtos de seguro para grupos de baixa renda. O setor de seguros no Brasil continua relativamente subdesenvolvido, apesar de a crescente prosperidade do país estar expandindo o universo de riscos seguráveis nos setores individuais e empresariais. A IFC propõe expandir a penetração de seguros por meio de (i) elaboração de estruturas inovadoras que tornam o seguro acessível para indivíduos de baixa renda e para SMEs; (ii) desenvolvimento de novas soluções do setor privado, após a liberalização do mercado nacional de resseguros; e (iii) promoção do desenvolvimento de um mercado de seguros mais forte em termos de infraestrutura e agronegócio, dois importantes setores para o desenvolvimento do país. Finalmente, o *Grupo Consultivo de Assistência às Pessoas de Baixa Renda* (CGAP) continuará a apoiar os esforços por parte do regulador e dos formuladores de políticas para promover o banco móvel e aumentar o papel das instituições não bancárias na melhoria da inclusão financeira.

50. Resultado 4: Melhores políticas para promover investimentos de aumento da produtividade. O GdB recentemente anunciou sua Política de Desenvolvimento da Competitividade (PDC), abrangendo um amplo grupo de programas destinados a aumentar as taxas não apenas de investimentos privados e exportações, mas também de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e investimentos de inovação de forma mais generalizada. Nesse sentido, um importante desafio é o de um monitoramento e uma avaliação de impacto de forma adequada dos diversos instrumentos da PDC com vistas a usar os resultados da avaliação como elementos para o ajuste da criação de políticas e programas. O GBM apoiará os esforços do GdB a este respeito nos níveis federal e subnacional. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o Banco Mundial financiará a avaliação de impacto de um programa reformulado de serviços de extensão ('núcleos produtivos'), enquanto no estado de Minas Gerais, o Banco Mundial ajudará a avaliar uma iniciativa estadual para aumentar a formalização de microempresas com a simplificação das regulamentações empresariais. Além disso, no estado de Pernambuco o Banco Mundial apoiará o *Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Industrial* destinado a expandir a criação de empregos no interior do estado (fora da capital). O aumento da inovação, competitividade e crescimento da produtividade no setor privado também será um objetivo fundamental da IFC no Brasil. Para isso, a IFC expandirá seus financiamentos de capital e dívida para empresas que estiverem desenvolvendo novos produtos e processos, e ajudará as empresas a reduzir os custos fixos e a aumentar a produtividade por meio da extensão de vínculos de mercado, financiamento de aquisições e apoio a investimentos internacionais. A IFC também espera expandir seu papel de difusão das melhores práticas globais entre suas empresas de clientes no Brasil, utilizando especialistas do setor, apoiando o trabalho de consultoria e promovendo um maior intercâmbio de conhecimentos entre empresas locais e universidades de pesquisa.

- Objetivo estratégico 2: Melhorar a qualidade e expandir a prestação de serviços públicos para famílias de baixa renda

Áreas de resultados:

2.1 Consolidação e fortalecimento do sistema de proteção social

Resultado 1: Aumento do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema

2.2 Maior qualidade de educação para os pobres

Resultado 1: Melhoria da cobertura e qualidade de creches e pré-escolas

Resultado 2: Melhoria dos resultados de aprendizagem e taxas de conclusão

Resultado 3: Aumento do acesso à educação vocacional e técnica de qualidade

2.3 Melhor acesso aos cuidados de saúde, principalmente para os pobres

Resultado 1: Melhoria do acesso a cuidados básicos de saúde de qualidade

Resultado 2: Desenvolvimento de redes integradas de cuidados de saúde

Resultado 3: Melhoria da gestão de saúde pelo SUS

Resultado 4: Melhoria da cooperação sul-sul na saúde

2.4 Acesso expandido à habitação acessível para grupos de baixa renda

Resultado 1: Disponibilidade expandida de financiamento da habitação para grupos de baixa renda

Resultado 2: Mais subsídios eficazes para habitação e melhoria da habitação e mercados de terras

Resultado 3: Melhoria integrada em favelas

Área de resultados 2.3 - Consolidação e fortalecimento do sistema de proteção social**51. Resultado 1: Aumento do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema.**

Uma das metas mais ambiciosas anunciadas pela Presidente Dilma Rousseff é a meta de erradicação da pobreza extrema por meio do programa Brasil sem Miséria (BSM). Apesar de o programa ser coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ele será implementado por um grupo bem mais amplo de entidades nos níveis federal, estadual e municipal. No nível federal, por exemplo, o programa BSM envolverá os Ministérios da Agricultura, do Trabalho, das Cidades, da Educação, da Saúde, entre outros. A pedido do GoB, o Banco Mundial apoiará o Governo Federal no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação de impacto do programa BSM, inclusive por meio do Segundo APL do Programa Bolsa Família. Esta operação também apoiará melhorias no sistema de identificação dos beneficiários do Programa Bolsa Família (Cadastro Único) e na governança do programa (ex. com ações em sistemas de pagamentos e corresponsabilidades municipais). O Banco Mundial também usará a AAA para fazer uma parceria com o MDS na análise da dinâmica da entrada e saída da pobreza extrema, que deve também gerar dados relevantes para a criação do programa BSM. No nível subnacional, o Banco Mundial trabalhará com determinados governos ao lidar com os desafios da implementação prática nos diversos componentes do programa BSM (ex..nos estados de Alagoas e Bahia). O Banco Mundial também financiará e ajudará a avaliar determinados programas subnacionais pertencentes ao segundo pilar do programa BSM e destinados a melhorar as oportunidades de rendimentos do trabalho para famílias extremamente pobres em áreas rurais e urbanas, respectivamente, por meio de ações para aumentar a produtividade dos pequenos agricultores e sua inclusão em mercados agrícolas (ex..nos estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte; ver área de resultados 3.1), e por meio do aumento das aptidões dos trabalhadores e da facilitação de sua inclusão em mercados formais de trabalho (ex. na Bahia e Pernambuco; ver área de resultados 2.2). O apoio do Banco Mundial ao terceiro pilar do programa BSM também será fornecido sob as áreas de resultados 2.2 e 2.3 (a seguir).

Área de resultados 2.2 – Maior qualidade de educação para os pobres

52. Resultado 1: Melhor qualidade e cobertura de creches e pré-escolas, destinadas a crianças desfavorecidas. O Brasil tem expandido bastante o acesso à educação nas primeiras fases da vida, em nível pré-escolar (4 a 6 anos) e em nível de creche (0 a 3 anos). Contudo, as crianças que mais precisam dos serviços continuam com menos possibilidades de acesso. A participação dos mais pobres na pré-escola fica atrás dos mais ricos em até 20% (75% para os pobres, 94% para os ricos). A participação dos mais pobres em creches é de apenas um terço da participação dos mais ricos. A evidência global mostra que sem um estímulo precoce adequado e sem saúde e nutrição também adequadas, as crianças desfavorecidas podem desenvolver déficits cognitivos graves até os 5 anos de idade. Esses déficits custam caro e talvez impossíveis de serem remediados mais tarde. A pedido do GoB, o Banco Mundial envidará esforços para fortalecer as políticas de desenvolvimento da primeira infância do Brasil por meio de parcerias com o Ministério da Educação (MEC) em funções básicas normativas e de supervisão (ex. diretrizes de currículos, qualidade dos professores e padrões de instalações). O Banco Mundial também usará suas operações de empréstimo para determinados municípios (responsáveis por creches e pré-escolas) para apoiar programas inovadores com os principais efeitos potenciais de demonstração. Um exemplo deste último caso é a colaboração atual do Banco Mundial com Rio de Janeiro e Recife para apoiar e avaliar com rigor os promissores programas de Desenvolvimento da Primeira Infância (ECD) destinados às pessoas de baixa renda. A IFC está também orientando o município de Belo Horizonte no desenvolvimento de PPPs para 20 a 30 novos jardins de infância e 10 novas escolas de ensino fundamental.

53. Resultado 2: Melhores resultados de aprendizagem e taxas de conclusão. Apesar de os resultados do Programa de Avaliação de Estudantes Internacionais (PISA) mostrarem que o Brasil atingiu um progresso significativo e contínuo desde 2000 no aumento do desempenho da aprendizagem, o país está bem longe dos níveis médios de aprendizagem, taxas de conclusão do ensino médio e eficácia dos fluxos de estudantes de outros países de renda média e da OCDE. Considerando que o governo federal já implementou uma sólida estrutura normativa para a educação básica, a participação do Banco Mundial com o MEC enfocará os principais problemas da qualidade da educação que não são totalmente abordados pelas políticas atuais: qualidade dos professores, taxas de repetição e distorção idade/ano (ainda as taxas mais elevadas na América Latina), além da qualidade do ensino médio. Uma meta importante é desenvolver a capacidade do Ministério de apoiar uma avaliação rigorosa das promissoras reformas e programas em todas as três áreas que estão sendo implementadas nos níveis estadual e municipal, de modo a apoiar a disseminação das políticas baseadas em evidências. O Banco Mundial também fornecerá apoio direto, por meio de suas operações subnacionais de empréstimos, a determinados programas inovadores estaduais e municipais destinados a melhorar a qualidade dos professores, reduzir a repetição e aumentar a qualidade do ensino médio. Exemplos de tais participações devem ser encontrados em Alagoas, Bahia, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins.

54. Resultado 3: Aumento do acesso à educação vocacional e técnica de qualidade. A pedido do Ministério da Educação, o Banco Mundial participará da área de treinamento vocacional e técnico com partes focadas de trabalho analítico centralizadas na qualidade e eficácia do sistema “S”. Além disso, o Banco Mundial apoiará determinados governos subnacionais em seus esforços para melhorar os

sistemas de treinamento como meio de atrair investimentos privados e de criar novas oportunidades de emprego, principalmente para os pobres (ex. em Pernambuco). O papel da IFC foi também definido para continuar a crescer, apoiar os clientes quando houver uma expansão para fornecer cobertura em cidades menores e na Região Nordeste. A corporação apoia as instituições do setor privado de ensino pós-secundário focadas em estudantes de baixa renda e renda média, por meio de financiamento direto de faculdades ou do patrocínio de fornecedores de empréstimos para estudantes. Essas escolas geralmente fornecem certificados, aulas de graduação e até de pós-graduação, principalmente em áreas técnicas como engenharia e gestão de sistemas. A corporação fez seis investimentos em faculdades e credores de US\$ 113,7 milhões até o momento no Brasil. Esses investimentos também destinam-se a acelerar a consolidação em um sistema fragmentado, que aumenta padrões, diminui custos e estende as redes dessas faculdades para cidades menores no interior.

Área de resultados 2.3 - Melhor acesso a cuidados de saúde para pessoas de baixa renda

55. **Resultado 1: Melhor acesso a serviços primários de qualidade de cuidados de saúde, principalmente para os grupos mais pobres.** O Brasil tem um bom registro de alcance dos pobres com serviços básicos de cuidados de saúde por meio do Programa Saúde da Família (PSF) criado em 1994. Em 2009, quase 50% da população brasileira foi inscrita no PSF. Contudo, uma grande parte dos pobres ainda não é atendida, principalmente os que moram em áreas rurais ou na periferia das grandes regiões metropolitanas. O Banco Mundial tem apoiado o Ministério da Saúde em seus esforços para fortalecer a prestação de cuidados básicos e a promoção e prevenção da saúde por mais de uma década. Nesse sentido, o apoio do Banco Mundial nesta área será canalizado via AAA e operações de empréstimo com o Governo Federal (o Segundo Projeto de Expansão do Programa Saúde da Família - PROESF II) e determinados governos subnacionais (ex. Acre, Alagoas, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte). Além de apoiar os esforços para aumentar a cobertura do PSF e a promoção e prevenção para os grupos mais vulneráveis, o Banco Mundial ajudará a melhorar os mecanismos de garantia de qualidade para o PSF e a realizar avaliações do impacto dos programas básicos de saúde sobre a situação da saúde. A IFC já trabalhou com o estado da Bahia na estruturação de uma PPP para melhorar a gestão de um hospital público. A corporação pretende expandir seu trabalho de PPP em saúde na Bahia com a gestão da concessão de centros de imagens e telemedicina. Em Minas Gerais, a corporação está estruturando contratos para substituir e construir clínicas de cuidados básicos.

56. **Resultado 2: Desenvolvimento de redes integradas de cuidados de saúde.** Como em outros lugares, a coordenação de cuidados em ambientes clínicos e organizacionais está muito no início no Brasil. Apesar da alta e crescente incidência de doenças crônicas, que são melhor prevenidas e tratadas por meio de acordos contínuos e integrados de tratamento em diferentes níveis de atendimento e diferentes tipos de fornecedores, o sistema de saúde é organizado principalmente para fornecer um atendimento agudo por meio de instalações autônomas e especializadas. Arranjos de rede, em que diferentes provedores trabalham juntos para gerir e fornecer cuidados de saúde, são raros. Com o apoio do Banco Mundial, o Ministério da Saúde está trabalhando para lidar com este desafio desenvolvendo redes integradas de cuidados de saúde que envolvem saúde pública, cuidados básicos de saúde e instalações de cuidados de saúde de média e alta complexidade (hospitais). O apoio do Banco Mundial

continuará nesta área por meio do Projeto de Formação e Melhoria da Qualidade de Rede de Saúde (QUALISUS). Complementando este trabalho, em nível subnacional, o Banco Mundial também continuará a apoiar melhorias no atendimento de emergência e na regulação e integração do fluxo de pacientes entre os diferentes níveis de cuidados de saúde, enfocando o fortalecimento dos vínculos entre a saúde pública, cuidados básicos de saúde e níveis mais complexos de atendimento. O trabalho já está em andamento nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

57. **Resultado 3: Melhor gestão de saúde pelo SUS.** Existe uma grande variedade de acordos organizacionais e de governança para instalações de saúde brasileiras, mas poucos são capazes de incentivar ou premiar resultados e desempenho. Para ajudar a lidar com esse desafio, o Banco Mundial apoiará a implementação de novos modelos de gestão para melhorar a governança, responsabilização e eficiência em hospitais públicos. No nível federal, o apoio do Banco Mundial será fornecido por QUALISUS e pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF). As operações selecionadas em nível estadual com componentes de saúde (ex. em Minas Gerais e Rio de Janeiro) também apoiarão melhorias em modelos de gestão hospitalar. A IFC também contribuirá para esse objetivo ao permitir o uso de ferramentas eficazes de gestão do setor privado para otimizar a prestação de serviços de saúde pública aos pobres. Um exemplo inovador desta abordagem foi a estruturação acima mencionada pela IFC de uma concessão de setor privado para gerir um hospital em uma vizinhança de baixa renda de Salvador, Bahia. A IFC prevê mais dessas participações em outros estados. A corporação também pretende expandir seu programa existente de investimentos orientados pela saúde em prestadores de serviços diagnósticos criados para atender aos pobres e grupos de renda média. A consolidação desses setores deve levar a uma melhoria da qualidade, custos mais baixos e um melhor serviço para comunidades amplamente ignoradas pelos fornecedores de primeira linha.

58. **Resultado 4: Maior cooperação sul-sul na saúde.** O Brasil tem dado passos muito importantes em áreas como a produção de vacinas, drogas antirretrovirais para o tratamento de HIV-AIDS, desenvolvimento de estratégias de vigilância da saúde e modelos de saúde pública. Muitos países na América Latina e África se beneficiariam bastante com o intercâmbio bilateral de conhecimentos com instituições de saúde brasileiras. O Banco Mundial começou a colaborar com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Ministério da Saúde, a Fundação de Saúde Pública do Governo (FIOCRUZ) e o Instituto de Medicina Tropical em Portugal para incentivar a cooperação sul-sul entre Brasil e África para fortalecer os sistemas de saúde. O Banco Mundial está também realizando as etapas iniciais para estabelecer um Observatório de Políticas de Sistemas de Saúde da Região LAC e já conversou com a União das Nações da América do Sul (UNASUR) para estabelecer uma Escola de Gestão em Saúde da América Latina.

Área de resultados 2.4: Acesso expandido à habitação acessível para grupos de baixa renda

59. **Resultado 1: Disponibilidade expandida de financiamento da habitação para grupos de baixa renda.** O Brasil tem um déficit habitacional significativo, que deve atingir 23 milhões de unidades até 2022 e necessita de investimentos de R\$ 3 trilhões (cerca de US\$ 1,9 trilhão). Entre 2003 e 2010, o número de casas financiadas cresceu em cerca de 400% para 1,2 milhão de unidades habitacionais, representando um

aumento percentual de 1.400 no montante de empréstimos restantes. Por meio do programa *Minha Casa Minha Vida* (MCMV), lançado em 2009, o Governo Federal tem aumentado consideravelmente o acesso ao financiamento hipotecário para pessoas de baixa renda e renda média. O programa MCMV abrange medidas para fornecer grandes volumes de subsídios antecipados, oferecer incentivos fiscais para desenvolvedores, reduzir o custo de seguro e criar um fundo de garantia. Nesse sentido, sob a segunda fase do programa MCMV, o GdB duplicou o alvo do programa MCMV1 e está pretendendo promover a construção de 2,5 milhões de novas unidades habitacionais para famílias de baixa renda até 2014. O Banco Mundial continuará seu apoio técnico contínuo (empréstimo e não empréstimo) ao Governo Federal e a determinados Governos subnacionais (ex. em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) em seus esforços para fortalecer estruturas políticas e normativas para um financiamento habitacional de baixa renda com vistas a garantir seu crescimento sustentável. Exemplos de questões a serem abordadas incluem formas de aumentar a sustentabilidade de longo prazo dos fundos de garantia além do programa MCMV, opções para expandir a participação de credores privados em financiamentos habitacionais de baixa renda, além de formas para expandir o acesso a mercados de capital como uma fonte de recursos financeiros para empréstimos habitacionais. A IFC está também desenvolvendo uma carteira de projetos habitacionais de baixa renda. Em vez de fornecer linhas de financiamento hipotecário para bancos, a IFC continuará a focar o fornecimento de recursos financeiros de longo prazo para desenvolvedores e empresas de construção.

60. **Resultado 2: Mais subsídios habitacionais eficazes de baixa renda e melhor funcionamento de unidades habitacionais e mercados de terras.** As metas bastante ambiciosas do programa MCMV2 apresentam desafios em termos de outro financiamento habitacional baseado em mercado em desenvolvimento e na promoção de melhorias em unidades habitacionais a preços razoáveis. Com o apoio do Banco Mundial, a Secretaria Nacional de Habitação está trabalhando para criar um sistema embrionário de Monitoramento e Avaliação para acompanhar o uso e a eficácia de subsídios habitacionais fornecidos pelos governos locais sob o programa MCMV. O Banco Mundial continuará a apoiar os esforços do governo para aumentar o funcionamento de unidades habitacionais e mercados de terras, primeiro aumentando o uso de procedimentos especiais de zoneamento nos planos mestre de desenvolvimento urbano de grandes municípios (ex. em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo). Segundo, o Banco Mundial e a IFC apoiarão o fornecimento de terra, infraestrutura e/ou outros incentivos por parte dos municípios para permitir PPPs na construção de moradias de baixa renda. O Banco Mundial também apoiará esforços mais amplos para melhorar a coordenação e o monitoramento da implementação de políticas em nível local, permitidos pelos programas e políticas do Governo Estadual e Governo Nacional. O desafio será obter uma maior integração e coordenação entre iniciativas complementares de desenvolvimento urbano, ex. nas áreas de alívio da pobreza, infraestrutura e gestão de setor público em nível de cidade.

61. **Resultado 3: Melhoria integrada em favelas.** Em 2000, mais de 12 milhões de pessoas viviam em assentamentos precários ou em favelas no Brasil. Durante a última década, o Brasil aumentou consideravelmente as políticas de melhorias em favelas. Os principais marcos incluíam a aprovação da Lei do Estatuto da Cidade em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, o lançamento do PAC Favelas em 2007, a introdução do programa *Minha Casa Minha Vida* (MCMV) como o programa de subsídios habitacionais em destaque em 2009 e o anúncio em 2010 da segunda fase do

PAC e do programa MCMV. O PAC Favelas é o maior programa mundial de melhorias em favelas, com uma alocação combinada de recursos de US\$ 6,5 bilhões entre 2007 e 2010. O Banco Mundial apoiará os esforços do GdB para utilizar este programa por meio de suas parcerias sólidas contínuas com o Ministério das Cidades, os Governos dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco, e determinados municípios incluindo São Paulo, Salvador e Recife. O Banco Mundial focará o aumento da integração do PAC Favelas com habitação, desenvolvimento territorial e políticas de inclusão socioeconômica. As intervenções contínuas e futuras do Banco Mundial sob essa abordagem incluem um trabalho na avaliação do impacto do programa UPP Social no Rio de Janeiro, além do apoio aos esforços dos Governos Federal e Estadual para fortalecer as políticas e a capacidade de implementação do trabalho de desenvolvimento social dentro dos programas de melhorias em favelas. O trabalho no Rio de Janeiro, em particular, deve ajudar a consolidar o processo de paz iniciado com as UPPs. O Banco Mundial continuará a ser ativo no apoio aos esforços do Governo para melhorar as condições de vida para grupos vulneráveis (incluindo moradores de favelas expostos a um alto nível de criminalidade e também agricultores rurais sem terra e pessoas deficientes). A melhoria da segurança e de novos mecanismos de financiamento está permitindo aos desenvolvedores privados melhorar as favelas e a IFC espera apoiar os projetos de infraestrutura e de moradia de baixa renda nessas comunidades. Isso pode ser feito por meio de um financiamento direto de desenvolvedores e empreiteiras ou por meio das estruturas de PPPs. A participação da IFC garantiria a consulta às comunidades por parte das empresas no redesenvolvimento de suas vizinhanças.

- Objetivo estratégico 3: Promover o desenvolvimento econômico regional por meio da melhoria de políticas e investimentos estratégicos públicos e privados

Áreas de resultados:
3.1 Melhores políticas de desenvolvimento econômico regional Resultado 1: Aumento dos programas de inclusão produtiva rural Resultado 2: Aumento do financiamento para SMEs em regiões fronteiriças
3.1 Acesso expandido a saneamento básico melhorado Resultado 1: Aumento do acesso e melhoria da eficiência do abastecimento de água Resultado 2: Aumento do acesso a serviços de esgoto e tratamento de águas residuais Resultado 3: Melhoria do acesso à coleta e ao descarte higiênico de resíduos sólidos
3.2 Melhorias em transporte e logística Resultado 1: Melhoria da infraestrutura e gestão de transporte integrado Resultado 2: Melhoria do acesso regional e da mobilidade urbana sustentável
3.3 Maior fornecimento de serviços de energia limpa e eficiente Resultado 1: Aumento do acesso em áreas remotas Resultado 2: Diversificação de fontes de energia limpa e melhoria da eficiência energética

Área de resultados 3.1: Melhores políticas de desenvolvimento econômico regional

62. **Resultado 1: Aumento dos programas de inclusão produtiva rural.** O Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou em 2008 o Programa Territórios da Cidadania para tratar do desafio da pobreza rural. O Programa delineou 120 unidades

territoriais em todo o Brasil abrangendo 1.851 municípios, todos com populações de menos de 50.000 habitantes. Essa abordagem territorial demonstrou ser eficaz na canalização do planejamento coordenado e da implementação de programas divergentes entre os Governos Federal e Estadual, com ganhos percebidos de eficiência e eficácia obtidos por meio da interação conjunta. O GdB orçou R\$ 65 bilhões para esse programa no período 2008-2010; no decorrer de 2009 R\$ 29 bilhões (45%) haviam sido usados. Além disso, o Governo também expandiu o apoio à agricultura familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A reforma da terra e as políticas de regularização da terra também foram um pouco mais desenvolvidas. Nesse contexto, o Banco Mundial continuará a fazer parcerias com diversos estados nas Regiões Norte (Acre), Nordeste (Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte) e Sul (Paraná, Santa Catarina), na elaboração e implementação de programas inovadores de desenvolvimento rural sustentável com uma abordagem territorialmente integrada. Esses programas terão uma ênfase na melhoria da inclusão produtiva rural, com vistas a apoiar o programa BSM para erradicar a pobreza extrema. O Banco Mundial apoiará os programas destinados a aumentar a produtividade e a competitividade dos pequenos agricultores e a promover o desenvolvimento de "clusters". A IFC também pretende aumentar seus investimentos e sua assessoria nas regiões fronteiriças, com o amplo objetivo de apoiar a criação de empregos e uma agricultura mais eficiente, além de integrar pequenas propriedades agrícolas e SMEs nas cadeias de suprimento das grandes empresas. É preciso uma atenção especial para integrar os objetivos de redução da pobreza com uma gestão sustentável de recursos naturais e um crescimento econômico e climático inteligente. Além disso, o Banco Mundial ampliará seu apoio para o acesso expandido à infraestrutura básica e serviços nas regiões mais pobres e atrasadas do Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste (ver áreas de resultados 3.2 a 3.4).

63. **Resultado 2: Aumento do financiamento para SMEs nas regiões Norte e Nordeste.** A IFC deseja expandir sua estratégia de financiamento para SMEs para as regiões Norte e Nordeste do país. A corporação já trabalha por intermédio dos bancos de nível intermediário para canalizar um financiamento de longo prazo para pequenas empresas sediadas principalmente na região Sudeste do Brasil. A IFC pode usar compartilhamento de riscos e estruturas fora de balanço, além de fazer parcerias com cooperativas de crédito sólidas, instituições de microfinanciamento e bancos. Os serviços de consultoria de Geração de Investimentos da IFC que trabalham como os órgãos estaduais e federais ajudarão os estados nas Regiões Norte e Nordeste a expandir e atrair novos investimentos.

Área de resultados 3.2: Acesso expandido a saneamento básico melhorado

64. **Resultado 1: Aumento do acesso e melhoria da eficiência do abastecimento de água.** Apesar de a cobertura do abastecimento de água no Brasil estar crescendo continuamente, ela ainda atinge apenas 84,4% da população (32,8% em áreas rurais). Os obstáculos para o fornecimento universal incluem perdas relativamente grandes de água na maioria das instalações – 37% em nível nacional, mas variando de um nível impressionante de 53% na Região Norte para 27% na Região Sul – e uma estrutura institucional particularmente deficiente no caso do setor de abastecimento de água em áreas rurais. O GdB alocou 13 bilhões de reais brasileiros dos recursos do PAC2 para melhorar o acesso à água nas áreas urbanas e rurais e solicitou o apoio do Grupo Banco Mundial para lidar com alguns dos desafios do principal setor. Para isso, o Banco

Mundial participará com o governo federal (por meio do Projeto Interáguas) e com determinados estados (ex. Ceará, Pernambuco, São Paulo e Sergipe). Entre os principais objetivos estão o desenvolvimento de subsídios baseados em resultados direcionados para os pobres, de modo a melhorar o acesso sustentável à água potável, principalmente em áreas rurais desfavorecidas. O Banco Mundial também ajudará a fortalecer a capacidade dos governos de realizar funções normativas e de formulação de políticas (incluindo planejamento e monitoramento de investimentos), promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias inovadoras e modelos de prestação de serviços, e avaliar o impacto do aumento da variabilidade do clima em termos de segurança das fontes de água e de resiliência na infraestrutura de abastecimento de água. Além disso, junto com a IFC, o Banco Mundial continuará a apoiar melhorias em termos de eficiência por parte dos prestadores de serviços, inclusive por meio de um financiamento direto e da mobilização de fundos de investidores participantes. A corporação espera aumentar seu financiamento para empresas privadas que exploram concessões públicas e aumentar sua assistência técnica para projetos de PPPs nos níveis estadual e federal.

65. Resultado 2: Maior acesso a serviços de esgoto e tratamento de águas residuais. Somente 72,3% dos domicílios brasileiros têm coleta de águas residuais (26% em áreas rurais) e apenas 34,6% das águas residuais são tratadas. Isso significa que 16,2 milhões de domicílios ainda não têm saneamento, 60% dos quais estão nas cidades. O governo federal planeja investir US\$ 14,3 bilhões em saneamento de acordo com o PAC 2 (principalmente nas cidades). O Banco Mundial apoiará esse programa por meio de intervenções nos níveis subnacional (p. ex., o Projeto de Águas de Sergipe e projetos em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e São Paulo, entre outros) e federal (p. ex., o projeto Interáguas), que envolve os Ministérios do Meio Ambiente, Cidades e Integração Nacional e também apoia a melhoria da coordenação (com iniciativas estaduais) para desenvolver uma abordagem integrada para a gestão de recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento (IWRM-WSS). Essa abordagem teoricamente deveria envolver ações nas áreas de gestão da bacia hidrográfica, desenvolvimento e melhoria urbana, habitação, gestão de riscos de desastres (já que a maioria dos riscos de desastres no Brasil está relacionada com inundações) e alívio da pobreza. O Banco Mundial apoiará a criação de incentivos para o uso estratégico e eficiente dos recursos existentes, e o uso de esquemas de subsídios inovadores voltados para as populações pobres. Em ambos os casos, o Banco Mundial empregará abordagens inovadoras de desembolsos baseadas em resultados. Os resultados adicionais previstos das atividades planejadas do Banco Mundial incluem melhoria da sustentabilidade da prestação de serviços, principalmente nas áreas rurais, e maior capacidade institucional dos provedores de serviços em planejamento e monitoramento do investimento. A IFC também espera entrar nesse setor com participações de consultoria de PPPs com os governos estaduais e através de empréstimos e investimentos em serviços públicos subnacionais e empresas do setor privado. A IFC e o BIRD coordenaram operações nessa área, como pode ser exemplificado pelos projetos com as empresas subnacionais de serviços públicos CASAN e DESO.

66. Resultado 3: Melhoria do acesso à coleta e ao descarte higiênico de resíduos sólidos. Cerca de 57 milhões de toneladas de resíduos sólidos municipais foram produzidas no Brasil em 2009. As taxas de geração per capita nas áreas metropolitanas chegaram a 1,2 kg por dia, equivalente às taxas dos países da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Cerca de 12% não foram coletados e 43% foram descartados indevidamente em lixões. O contexto jurídico e normativo do setor, entretanto, foi bastante melhorado nos últimos anos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010 estabelece responsabilidades e metas claras para governos, consumidores e empresas. Através do seu programa de intermediação financeira com a Caixa Econômica Federal, o Banco Mundial fará uma parceria com o Governo do Brasil (GoB) a fim de implantar uma abordagem inovadora para ajudar os municípios a implementar e aplicar a Política de Resíduos Sólidos. Será fornecido apoio adicional por meio de um subsídio do Fundo Japonês de Desenvolvimento Social (JSDF) para a inclusão social dos catadores de lixo e um projeto de Financiamento de Carbono no atacado. A IFC também pode tornar-se mais ativa nesse campo, com investimentos ou por meio de mandatos de PPPs quando há participação do setor privado. Foi feito um investimento inicial, por meio de financiamento para a Estre Ambiental, uma empresa que opera aterros públicos no estado de São Paulo e gera energia com as emissões de gases dos aterros. Na verdade, embora as emissões nacionais de gases de efeito estufa do setor de resíduos representaram apenas 4,7% do total nacional em 2008, elas poderiam crescer mais de 50% durante as próximas duas décadas, uma vez que a cobertura da coleta de resíduos sólidos e líquidos está aumentando em todo o país. Com o apoio do Banco Mundial aos setores público e privado para promover a participação no mercado de carbono quando são feitos investimentos (p. ex., principalmente através da destruição dos gases dos aterros sanitários), as emissões previstas poderiam ser reduzidas em cerca de 80% até 2030.

Área de resultado 3.3 Melhoria dos transportes e da logística

67. **Resultado 1: Melhoria da infraestrutura e do gerenciamento integrados dos transportes** A melhoria das cadeias de suprimento de transportes e logística é fundamental para aumentar a eficiência dos mercados internos e a competitividade das exportações no Brasil. Atualmente, os custos de logística representam entre 15 e 18% do PIB, muito acima da China e da Índia e quase o dobro do custo médio de 9% dos países da OCDE. Ao mesmo tempo, o transporte é a fonte de gases do efeito estufa (GEE) que mais cresce e uma importante fonte de poluentes locais, o que torna a redução da pegada de carbono do setor um importante componente da estratégia do Governo do Brasil para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável. O Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) do Brasil, atualizado em 2011, inclui entre os seus principais objetivos a melhoria da eficiência da produção, a redução das desigualdades regionais e a promoção da integração regional simultaneamente ao reequilíbrio da matriz de transportes do Brasil. Dentro dessa estrutura, vários estados já iniciaram a preparação de planos estaduais de transportes e logística e seus investimentos foram apoiados por grandes programas de estruturação, tais como o PAC no âmbito federal. Por intermédio de suas operações nacionais e subnacionais, tanto em andamento (ex.: Federal, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Bahia) como novas (ex.: Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins), o Banco Mundial estimulará ainda mais as iniciativas voltadas para uma maior integração entre infraestrutura e gestão e apoiará a implementação de determinados aspectos desses planos, com ênfase no aumento da eficiência em geral apoiando, ao mesmo tempo, a inovação e o transporte mais ecológico. A IFC tem por objetivo ampliar seus investimentos em infraestrutura dos transportes para incluir projetos de transportes voltados para estradas de ferro e aeroportos, bem como instalações de portos. A IFC poderá ainda dar

prosseguimento aos seus compromissos com as autoridades federais e estaduais à medida que estas aumentarem os investimentos em infraestrutura do setor privado mediante projetos de PPP em estradas e aeroportos.

Resultado 2: Melhoria da mobilidade urbana sustentável e acesso regional. A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos exigirão que as cidades brasileiras canalizem grandes investimentos em transportes para instalações e serviços de longo prazo, sustentáveis e igualitários. O governo federal e os governos subnacionais melhoraram as redes de transportes entre as cidades e dentro das cidades, mas ainda há muito a fazer para melhorar o acesso aos serviços básicos, empregos e mercados nas áreas rurais. O Banco Mundial apoiará aquelas iniciativas voltadas para o incentivo à mobilidade urbana sustentável e ao desenvolvimento de cidades preocupadas com o meio ambiente e com o maior acesso a instalações e serviços nas áreas rurais. O Banco Mundial apoiará as iniciativas subnacionais (ex.: em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) destinadas a melhorar a qualidade, cobertura e integração do transporte público, favorecendo o uso equilibrado de modos alternativos de transporte. O Banco Mundial apoiará também iniciativas que promovam a governança do transporte urbano para colocar os transportes no contexto mais amplo do planejamento de cidades para o desenvolvimento urbano. Nas áreas rurais, apoiará a melhoria das iniciativas de infraestrutura e serviços voltados para os mais pobres mediante soluções de transporte econômicas e sustentáveis (como por exemplo em Tocantins, Minas Gerais e Paraná). A IFC poderá também apoiar as iniciativas de transporte urbano mediante o trabalho de consultoria de PS, como fez em São Paulo.

Área de resultado 3.4: Aumento do suprimento de serviços de energia limpa e eficiente

68. **Resultado 1: Maior acesso à energia em áreas remotas.** O governo lançou em 2003 um programa ambicioso de acesso universal, chamado *Luz para Todos* que, na época, tinha o objetivo de levar eletricidade a mais de 10 milhões de habitantes das áreas rurais de todo o país. O programa obteve êxito no alcance da sua meta original e o governo comprometeu-se em atender outros 2 milhões de pessoas até 2011. Uma etapa final do Programa foi definida para 2011-2014 para conectar 500.000 famílias que ainda não têm acesso. As empresas de distribuição são responsáveis pela execução de novos trabalhos e pelo fortalecimento e modernização das suas redes para responder ao aumento da demanda. Elas devem também atender aos novos consumidores usando as mesmas regras aplicadas aos consumidores existentes. Por intermédio do Projeto Eletrobrás de Recuperação da Distribuição, o Banco Mundial fortalecerá a capacidade de seis empresas de distribuição localizadas nas regiões Norte e Nordeste para apoiar o programa e, assim, apoiar indiretamente a qualidade dos serviços que estão sendo fornecidos a novos clientes conectados graças ao programa. A IFC foi pioneira em soluções do setor privado para a iluminação rural no estado nordestino do Maranhão e pode fazer o mesmo onde for possível em outras regiões. A IFC iniciou no Brasil um projeto regional de Energia Rural Limpa para ajudar as instituições de microfinanciamento e prestadores de serviços de energia a ampliarem o fornecimento de serviços de energia limpa a clientes de baixa renda da base econômica da pirâmide.

69. **Resultado 2: Diversificação das fontes de energia limpa e melhoria da eficiência energética.** Em 2009, 47,2% da energia do Brasil provinha de fontes de energia renovável devido à grande parcela de energia hidrelétrica e biomassa na geração

de eletricidade e ao etanol utilizado em veículos de passageiros. Segundo o Plano Decenal de Energia (*PDE-2019*), o Governo do Brasil continuará a apoiar a diversificação de fontes de energia mais limpa e o aumento da eficiência energética nos setores industrial e residencial. O Banco Mundial vem apoiando a trajetória do governo do Brasil para um sistema de geração de energia mais limpa e mais diversificada. Isso tem sido alcançado, em parte, por meio de empréstimo para assistência técnica ao Ministério de Minas e Energia (MME) e mediante Atividade de Análise e Consultoria. O "Estudo de Caso de País de Baixo Carbono no Brasil", por exemplo, demonstrou que entre 2010 e 2013, o uso de energia limpa pode reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 1,8 Gton de CO₂e, ou 16% do total de reduções potenciais. O Banco Mundial apoia também a eficiência energética por meio de programas apoiados pelo GEF e mediante a melhoria do desempenho operacional, comercial e financeiro de seis empresas de distribuição de energia pertencentes à Eletrobrás (ver acima). Um novo projeto (Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral) em preparação com o MME permitiria ao Banco Mundial fortalecer ainda mais a estrutura regulatória e de políticas do Brasil. O Grupo Banco Mundial também continuará a apoiar os esforços para promover a eficiência energética (particularmente na distribuição), substituindo biomassa não renovável por biomassa renovável e a melhoria da eletrificação rural e de políticas e programas relativos a biocombustíveis. O aumento da eficiência energética também faz parte da estratégia de mudança do clima da IFC para a região e para o Brasil. A IFC pretende apoiar a diversificação da energia com o financiamento de fábricas alimentadas a gás e projetos de energia eólica com instrumentos de capital e de quase capital. A IFC também pretende intensificar os programas de eficiência energética e de recursos hídricos na indústria, projetos habitacionais e prédios públicos. Espera continuar a apoiar o setor de etanol com o fornecimento de financiamento de longo prazo a um seletivo grupo de clientes, bem como a ajudar os clientes quando estes desenvolverem novas matérias primas, como a fibra de madeira.

Objetivo estratégico 4: Melhorar o gerenciamento de recursos naturais sustentáveis e a resiliência à mudança do clima

Áreas de resultado e resultados:
Gestão integrada de recursos hídricos
Resultado 1: Gestão integrada de recursos hídricos Resultado 2: Desenvolvimento de abordagens de irrigação inovadoras de longo prazo
Melhoria da gestão ambiental e preservação da biodiversidade
Resultado 1: Ampliação de áreas sob proteção efetiva Resultado 2: Melhoria da sustentabilidade das cadeias produtivas de produtos naturais Resultado 3: Melhoria da capacidade institucional para a gestão ambiental
Ampliação da agricultura sustentável
Resultado 1: Aumento de tecnologias de baixo carbono e agricultura limpa e pecuária Resultado 2: Maior sustentabilidade da produção agrícola no Cerrado
Maior eficácia da gestão do risco de desastres
Resultado 1: Melhoria da prevenção e redução do risco de desastres Resultado 2: Melhoria da preparação para desastres e da coordenação da resposta após o desastre Resultado 3: Melhoria da resiliência da infraestrutura aos desastres naturais

Área de resultado 4.1: Gestão integrada de recursos hídricos

70. Resultado 1: Melhoria da gestão de recursos hídricos. O Brasil tem investido pesadamente na infraestrutura hídrica, fornecimento de serviços básicos e, com o apoio do Banco Mundial (no projeto ProÁgua), está também reforçando a política do setor e a estrutura normativa. No futuro, o Banco Mundial apoiará os esforços do governo do Brasil para fortalecer ainda mais a capacidade institucional quanto à gestão de recursos hídricos nos níveis federal e subnacional, inclusive por meio da adoção de ferramentas modernas de gestão como planos de bacias hidrográficas e tarifas de água e mediante a melhoria do planejamento e gestão da infraestrutura hídrica. Particularmente, por intermédio do Projeto InterÁguas, o Banco Mundial trabalhará com os Ministérios da Integração, das Cidades e do Meio Ambiente, bem como com a ANA para melhorar a coordenação dos seus programas no setor de água. Além disso, o projeto apoiará a integração de programas de investimento, estudos, treinamento e equipamentos para o setor de águas nas esferas federal e estadual. As bacias dos rios São Francisco e Araguaia-Tocantins foram selecionadas como prioritárias para a implementação de atividades integradas com a participação de grupos interessados. O projeto abordará também questões críticas como planos de gestão no Nordeste; ações integradas para adaptação à mudança do clima e mitigação dos seus efeitos; regulamentação de empresas estatais de abastecimento de água e saneamento; desenvolvimento institucional no âmbito municipal; e análise do Plano de Águas do Brasil. Será fornecido apoio adicional para a melhoria da capacidade de gestão dos recursos hídricos a alguns governos estaduais, especialmente no Nordeste (Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe) e com uma visão de tornar o uso dos recursos hídricos mais sustentável, otimizar a utilização de recursos escassos e melhorar a distribuição de água, gestão de aquíferos, qualidade da água e prestação de serviços.

71. Resultado 2: Desenvolvimento de abordagens de irrigação inovadoras de longo prazo. O Brasil irriga atualmente 4,0 milhões de hectares e possui a terra e os recursos hídricos para irrigar 30 milhões de hectares. Para tanto, o Brasil deve incluir a maior participação do setor privado. Os serviços de consultoria do Banco Mundial e da IFC estão ajudando na análise das externalidades dos projetos de irrigação nas áreas semiáridas do Brasil, preparando uma estrutura de PPPs em irrigação e definindo a estratégia para implementar os projetos de irrigação que deram origem ao Projeto Pontal em 2010. O Banco Mundial está ajudando o governo a definir a nova estratégia de PPP para irrigação em duas áreas: melhoria dos projetos de irrigação com desempenho abaixo do seu potencial e desenvolvimento de novos projetos, tais como o Baixio de Irecê. O Grupo Banco Mundial está ajudando o Ministério da Integração a selecionar o melhor modelo de PPP e está finalizando as análises e negociações com as autoridades relevantes para licitar os projetos (que são planejados para cobrir 200.000 ha até 2015) e acompanhar sua implementação. Este trabalho está atraindo a atenção de outros países da América Latina e África, interessados em implementar uma nova estratégia baseada no modelo brasileiro de PPPs.

Área de resultado 4.2. Melhoria da gestão ambiental e preservação da biodiversidade

72. Resultado 1: Ampliação da áreas sob proteção efetiva. As áreas protegidas (PAs) são essenciais para a preservação da biodiversidade, manutenção do potencial de sequestro do carbono e garantia do uso sustentável do capital natural. O Governo do

Brasil envidou grandes esforços na expansão do seu sistema nacional de áreas protegidas, particularmente na Região Amazônica. Estudos recentes indicam que 37% das reduções do desmatamento alcançado no período de 2004-2007 podem ser explicados pela criação de áreas protegidas. Estimando-se seus serviços ecológicos até 2050, as áreas protegidas da Amazônia Brasileira representam a não emissão de 8 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente¹¹. As áreas protegidas têm um efeito importante sobre o impedimento do desmatamento fornecendo sinais de políticas claras e de cumprimento da legislação ambiental, apoiando os povos tradicionais, redirecionando a ocupação territorial e tornando mais atraentes os negócios baseados na conservação. O Banco Mundial dará prosseguimento à sua parceria com o governo brasileiro em seus esforços nas esferas nacional e subnacional (estadual), por meio de subsídios do GEF nas regiões Amazônica (Programa ARPA) e do Cerrado (Iniciativa do Cerrado) e de componentes estratégicamente alocados nos empréstimos subnacionais (Pará Rural e ProAcre). Conforme observado a seguir, a IFC espera trabalhar com parceiros do agronegócio em regiões frágeis para demonstrar a viabilidade comercial e ambiental da agricultura sustentável. Os Serviços de Consultoria da IFC, trabalhando em conjunto com a ONG Aliança da Terra, pretende aumentar a área de terra registrada no seu Registro de Responsabilidade Socioambiental para no mínimo 2 milhões de hectares (ou 200 novos produtores) na Amazônia Legal até o início de 2012. Uma característica desse programa é o desenvolvimento e a integração de um Sistema de Monitoramento e Responsabilização do Carbono para permitir que a Aliança avalie a pegada de carbono dos produtores registrados, permitindo que estes participem dos programas de redução das emissões de carbono.

73. **Resultado 2: Melhoria da sustentabilidade das cadeias produtivas de produtos naturais.** A mudança do clima intensificará ainda mais os déficits de umidade em todo o Brasil, exigindo ajustes significativos no uso da água, particularmente para a produção de alimentos em áreas de terras secas, onde prevalece a agricultura alimentada pelas chuvas. Por solicitação do governo brasileiro, o Banco Mundial apoiará a implantação, em todas as cadeias produtivas de produtos naturais, de tecnologias inteligentes em termos de clima e de processos de certificação destinados a aumentar a produtividade e a eficiência hídrica promovendo, ao mesmo tempo, a resiliência à mudança do clima e a redução das emissões de carbono. Isso será alcançado por meio de transferências de tecnologias apoiadas por esquemas de subsídios de contrapartida no contexto de projetos de âmbito estadual (ex.: Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Ceará, Pernambuco e Piauí). Além disso, mediante seus projetos na Amazônia (Acre, Amapá e Pará), o Banco Mundial trabalhará com produtores rurais organizados para financiar sua participação sustentável nas cadeias de valor que vão desde gado até NTFPs ex.: açaí). Uma iniciativa complementar está sendo realizada sob o Mercado de Inovação Agrícola África-Brasil, administrado pela Embrapa e apoiado por um DGF de três anos no valor de US\$ 1,5 milhão. Esse subsídio facilitará as parcerias em pesquisas Sul-Sul beneficiando os pequenos produtores, que são também os mais vulneráveis às flutuações dos preços dos alimentos. O Banco Mundial empreenderá também um diálogo sobre políticas relativas às opções de regulamentação para determinar a valorização dos serviços ambientais - por exemplo, no Amazonas, os biomas da Caatinga e do Cerrado - em um esforço para refletir com exatidão os custos da sua possível conversão para alternativas econômicas (ex.: soja), promover seu uso sustentável e criar um mercado para preservação. A IFC continuará a fortalecer os

¹¹ Britaldo Soares-Filho e outros. "O papel das áreas protegidas da Amazônia Brasileira nas mitigações de mudanças do clima", PNAS Early Edition, 2010, www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.0913048107.

incentivos à preservação baseados no mercado por meio de atividades socioambientais lideradas pelo setor privado na Amazônia. Os serviços de consultoria da IFC apoiarão o Grupo de Trabalho de Pecuária Sustentável (GTPS) no desenvolvimento de práticas sustentáveis do setor de carne bovina no Brasil. A IFC percebe oportunidades significativas para apoiar empresas comprometidas com a silvicultura sustentável e a comercialização sustentável de produtos florestais a fim de reduzir a pressão sobre as florestas naturais, tornar produtivas as terras degradadas e criar uma cadeia confiável de produtos de madeira certificada para o mercado interno e para exportação. Também estão avançadas as discussões entre a IFC e as autoridades federais acerca do desenvolvimento de um novo modelo de concessão florestal a ser testado em uma área que abrange 1,2 milhão de hectares.

74. **Resultado 3: Melhoria da capacidade institucional para a gestão ambiental.** É fundamental melhorar a eficácia e a eficiência do sistema de gestão ambiental do Brasil para ajudar a aumentar a resiliência ambiental à mudança do clima e para enfrentar os desafios impostos pelo crescimento econômico que exige maior uso de recursos naturais e de infraestrutura. Durante os últimos cinco anos, o Banco Mundial tem apoiado os esforços governamentais nos níveis estadual e federal no sentido de desenvolver sistemas de gestão ambiental mais fortes e mais integrados. Essas atividades contribuem para uma diminuição substancial da taxa de desmatamento na Amazônia e aumento das áreas protegidas, além da agilização de diversos processos de licenciamento. Elas também desempenham papel preponderante no apoio à interação entre o Ministério do Meio Ambiente e os estados nos esforços para fortalecer a capacidade ambiental. No futuro, mediante a segunda etapa do Programa Ambiental Nacional (NEP II) o Banco Mundial continuará a apoiar o fortalecimento da capacidade de gestão ambiental nas três esferas de governo. Para tanto, o Banco Mundial trabalhará com o governo do Brasil no apoio ao processo de descentralização nas áreas metropolitanas, o desenvolvimento de instrumentos baseados na economia que promovam práticas sustentáveis e o desenvolvimento de ferramentas mais transparentes e de fácil utilização para agilizar os processos de licenciamento e melhorar a participação social e os mecanismos de controle. Além disso, o Banco Mundial continuará a apoiar o uso do zoneamento ecológico-econômico (EEZ), a ferramenta de planejamento do uso da terra, especialmente no contexto de programas de desenvolvimento rural, prosseguindo, assim, com o trabalho iniciado pelo Programa PPG-7 que financiou o processo de negociações sobre o uso da terra usando EEZ nos nove estados da região amazônica.

Área de resultado 4.3: Ampliação da agricultura sustentável

75. **Resultado 1: Aumento de tecnologias de baixo carbono e agricultura limpa e pecuária.** O objetivo de aumentar a sustentabilidade ambiental nos setores de agricultura e pecuária tem importância estratégica para o governo brasileiro, tanto por causa do aumento de barreiras comerciais nos mercados internacionais como para ajudar a alcançar os compromissos voluntários de redução das emissões de GEE no Brasil. O Grupo Banco Mundial apoia os esforços do Governo do Brasil nessa área por meio de AAA, projetos de financiamento do carbono e Investimentos e compromissos de consultoria da IFC. Em especial, o GBM contribui para o entendimento das causas e impactos da degradação da terra, bem como de opções concretas para permitir que o aumento da agricultura e pecuária seja associado a uma diminuição do desmatamento - como, por exemplo, pela combinação do reforço da proteção das florestas com o

aumento da produtividade da pecuária. Isso é complementado pelo apoio da IFC aos investimentos em agricultura sustentável e pecuária na Amazônia sob a proteção da Iniciativa Amazônia Brasileira. No futuro, o Banco Mundial acompanhará e apoiará os esforços do Governo do Brasil para desenvolver o financiamento criativo e esquemas de incentivo para acelerar a modernização da agricultura e pecuária e o fortalecimento dos serviços de ampliação nos âmbitos estadual e regional (ex.: por intermédio de operações no Ceará, Pernambuco e Piauí). Ademais, o Banco Mundial apoiará o mapeamento das áreas degradadas para cobrir todos os biomas brasileiros, o desenvolvimento de incentivos financeiros que possam cobrir os custos iniciais de recuperação da agricultura, a adoção mais ampla de mecanismos financeiros para promover a recuperação de APPs nas áreas rurais e o desenvolvimento de programas para restaurar áreas urbanas degradadas aumentando, assim, sua resiliência aos eventos naturais extremos.

76. A sustentabilidade será um fator importante de orientação dos investimentos da IFC em agronegócio no Brasil. A IFC continuará a apoiar as melhorias dos padrões de produção sustentável de carne bovina e soja, a ampliação da possibilidade de rastreamento dos rebanhos de gado na Amazônia e a melhoria de procedimentos de licenciamento ambiental (o último em um projeto conjunto com o BIRD no estado do Acre). A IFC espera trabalhar em colaboração com clientes que desejem cumprir seus exigentes Padrões de Desempenho. Investimentos bem-sucedidos indicarão para o setor em geral a viabilidade financeira e ambiental de operar grandes propriedades agrícolas de forma sustentável. Dentro desse objetivo abrangente, a IFC espera concentrar seus investimentos em agronegócio no Brasil nas áreas a seguir. Primeiro, uma ênfase contínua na indústria de processamento de alimentos, onde a IFC pretende elevar os padrões de sustentabilidade, qualidade e segurança. Segundo, facilitar o acesso ao financiamento, contribuições e ferramentas de gerenciamento de risco para propriedades agrícolas de pequeno e médio porte trabalhando com intermediários financeiros e fornecedores. Terceiro, ampliar a carteira da IFC de investimentos em biocombustível. Finalmente, apoio a projetos de silvicultura sustentáveis para diminuir a pressão sobre as florestas naturais e florestas primárias.

77. **Resultado 2: Maior sustentabilidade e resiliência da produção agrícola no Cerrado.** O Brasil elevou significativamente a produção de gêneros alimentícios aumentando as safras e disponibilizando novas áreas para o cultivo, inclusive a sensível região do Cerrado no Brasil Central. O gerenciamento dessa extensa infraestrutura agrícola que ainda cresce e é necessária para atender essas propriedades no Cerrado apresenta grandes desafios ambientais. O Governo do Brasil solicitou consultoria e financiamento ao Grupo Banco Mundial para assegurar que esse processo avance ao mesmo tempo em que mitiga as ameaças à biodiversidade da região. O Banco Mundial, portanto, fornecerá suporte contínuo (iniciado na CPS anterior) à Iniciativa Cerrado Sustentável. Nesse aspecto, o Grupo Banco Mundial ajudará a dar uma abordagem inovadora à conservação e ao uso sustentável do seu bioma, permitindo que as comunidades locais, a sociedade civil e o setor privado participem ativamente da formulação e implementação de políticas. Quatro projetos do GEF estão comprometidos com a aumento do mosaico de áreas legalmente protegidas de biodiversidade única, reunindo os agricultores de pequeno, médio e grande porte e as comunidades locais em torno do uso mais sustentável dos recursos naturais do bioma; e monitorando o status do bioma com a criação de um banco de dados público que contenha informações geofísicas, sociais e ambientais atualizadas. Paralelamente, o Projeto de Assistência

Técnica do Cadastro Ambiental Rural está introduzindo o registro das terras públicas e privadas em um cadastro; essas experiências contribuirão então para um esforço mais amplo para registrar todas as terras em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental ajudando assim a rastrear os esforços de conservação. A IFC está também ampliando sua Iniciativa Amazônia Brasileira para incluir a região do cerrado no Brasil Central. O compromisso tem por objetivo apoiar o desenvolvimento da agricultura sustentável e elos com a infraestrutura em uma região delicada; isso pode fornecer uma importante fonte nova de produção agrícola para atender à crescente demanda de grãos.

Área de resultado 4.4: Maior eficácia da gestão do risco de desastres

78. Resultado 1: Melhoria da prevenção e redução do risco de desastres. No ciclo de gestão do risco de desastres, a principal ênfase nos últimos anos no Brasil tem sido na resposta após o desastre, ou seja, mediante o sistema de defesa civil. Embora existam algumas iniciativas isoladas de Gestão do Risco de Desastres (DRM) - como por exemplo no Ministério das Cidades, enfocando a redução dos riscos de desabamentos - um sistema efetivo de prevenção e redução de desastres exigiria o aumento daquelas intervenções, sua ampliação para outros perigos (ex.: inundações) e maior coordenação adicional entre órgãos e esferas de governo. Até há pouco tempo, contudo, a DRM não era exatamente uma das principais prioridades nacionais, talvez porque há várias décadas o Brasil não sofria grandes catástrofes (como terremotos e furacões). Essa situação mudou após as inundações e deslizamentos de terra no Rio de Janeiro em 2010 e 2011. Na realidade, esses desastres naturais induziram o governo federal a assumir um papel mais proativo na abordagem do problema. Seguindo instruções da Presidente Dilma Rousseff, foi criado um grupo de trabalho na Casa Civil para planejar um programa DRM nacional e foi solicitada a assistência do Banco Mundial nessa área. Este trabalho já está em andamento. Futuramente, será fornecido apoio adicional para a estruturação de uma política e um plano de DRM com coordenação nacional, que articule e coordene a participação de vários ministérios e instituições em um programa coerente para reduzir a vulnerabilidade do país aos eventos naturais adversos. O Banco Mundial trabalhará também na esfera estadual para institucionalizar essa agenda de Gestão do Risco de Desastres (por exemplo, nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe). A IFC espera ampliar seus produtos de gestão do risco no Brasil com ênfase nas propriedades agrícolas de médio porte para fortalecer sua capacidade de gerenciar e recuperar-se de eventos como secas e inundações.

79. Resultado 2: Melhoria da preparação para desastres e da coordenação da resposta após o desastre. Os esforços do Brasil para melhorar a preparação para desastres concentraram-se principalmente em duas áreas. A primeira é o fortalecimento dos sistemas de defesa civil nas esferas estadual e municipal. Existem grandes discrepâncias na preparação dos diferentes estados e municípios. Poucas instituições participam da preparação de planos de contingência como ficou evidente em desastres recentes. Nesse aspecto, por intermédio do Projeto Interágua, o Banco Mundial apoiará o fortalecimento da defesa civil e a melhoria da capacidade de gestão do risco de desastres para enfrentar as emergências hídricas. A segunda área de foco envolve a melhoria dos sistemas de alerta prévio. Apesar dos esforços de alguns estados para desenvolver a previsão e os sistemas de aviso prévio, seu nível de resolução não é suficientemente preciso. São encontradas também deficiências na comunicação entre as diferentes instituições científicas. Nesse contexto, o Banco Mundial fornecerá apoio

financeiro e técnico ao governo federal e alguns governos subnacionais para a modernização do sistema de previsão e de alerta prévio do Brasil sob o comando do Ministério da Ciência e Tecnologia. Em alguns casos, isso envolverá não só a compra de equipamentos novos, mas também a renovação e aprimoramento da rede entre os sistemas existentes. O financiamento inicial para esses esforços será fornecido por intermédio do projeto federal Interáguas e por meio de um financiamento adicional para um TAL com o Estado do Rio de Janeiro. No futuro, isso será complementado mediante novas operações do estado com componentes da DRM que estão sendo preparados (ver Resultado 1) Quanto a isso, na esfera estadual, o Banco Mundial apoiará as melhorias na coordenação interinstitucional em esforços de recuperação pós-desastre e a criação de sistemas de Gestão do Risco de Desastres. Finalmente, o Banco Mundial explorará a possibilidade de usar novos mecanismos de financiamento para a preparação, recuperação e reconstrução de desastres, inclusive o seguro contra catástrofes para os estados interessados.

80. **Resultado 3: Melhoria da resiliência da infraestrutura aos desastres naturais.** Várias iniciativas para aumentar a resiliência da infraestrutura a desastres foram realizadas nas esferas federal e estadual, inclusive esforços para mapear e identificar melhor as áreas de risco. Entretanto, embora em alguns estados e cidades os riscos tenham sido amplamente mapeados - como em São Paulo e no Rio de Janeiro - ainda há muito trabalho a fazer tanto para cobrir outras regiões do país quanto para incorporar os aspectos de vulnerabilidade e acessibilidade. Nesses aspectos, por intermédio do seu compromisso nas esferas federal e estadual, o Banco Mundial apoiará melhorias nos esforços de identificação de riscos, enfocando a criação da capacidade de modelagem do risco probabilístico local. O Banco Mundial auxiliará também na integração e institucionalização da DRM ajudando o governo a incluir esses componentes nos futuros investimentos do PAC2.¹² Finalmente, o Banco Mundial explorará a possibilidade de ajudar a criar a consciência de financiamento da DRM no setor financeiro nacional por meio de transferência do risco e de mecanismos de seguro contra riscos com bancos públicos (BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil) e privados.

C. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARCERIA DO EF12-15

Gestão do programa

81. O Grupo Banco Mundial organizará seu programa no Brasil nos termos dos seus quatro objetivos estratégicos, trabalhando com todas as esferas de governo, o setor privado e a sociedade civil. Para cada objetivo estratégico, o Grupo Banco Mundial implementará um programa integrado de AAA, empréstimos, fundos fiduciários e atividades de parceria. A implantação dos recursos do Banco Mundial será baseada nos princípios de flexibilidade, seletividade, inovação e alavancagem. *Flexibilidade*. O Grupo Banco Mundial ajustará seus recursos entre os instrumentos e áreas de compromisso de modo a responder melhor à evolução das necessidades do país. *Seletividade*. O Grupo Banco Mundial desligar-se-á gradualmente das áreas em que o Brasil tem conhecimento e capacidade suficientes e onde os possíveis benefícios

¹² Atualmente, dos R\$ 19 bilhões que o PAC planeja investir na urbanização de favelas, R\$ 1 bilhão está alocado para projetos de contenção de encostas e R\$ 5,5 bilhões para projetos de drenagem. A segunda etapa do programa Minha Casa Minha Vida também tem um componente para reassentar famílias que vivem em áreas de alto risco, como encostas, ou famílias que perderam suas casas em desastres.

decorrentes da experiência do Banco Mundial sejam menos importantes. *Inovação*. O GBM focará o apoio a investimentos inovadores e reformas de políticas cujo impacto possa ser aumentado por meio da reprodução entre as regiões do Brasil e no exterior. O GBM fará uso crescente de serviços financeiros inovadores, inclusive novos instrumentos de empréstimo baseados em resultados e multisectoriais, bem como um risco de crédito parcial e outras garantias. *Alavancagem*. O GBM gradualmente recorrerá à alavancagem de recursos do governo, do setor privado e de outros parceiros no desenvolvimento para maximizar o impacto no desenvolvimento.

Carteira de empréstimos e gerenciamento do fluxo

82. O total da exposição ao risco assumido pelo Banco Mundial no Brasil equivale a US\$ 10,4 bilhões com desembolsos que totalizaram US\$ 2,0 bilhões no EF11. Durante o período da atual CPS, o Governo do Brasil efetuou dois pagamentos antecipados da sua dívida com o Banco Mundial. O primeiro pagamento antecipado, de cerca de US\$ 66 milhões, foi efetuado em dezembro de 2009 e o segundo, de cerca de US\$ 3,1 bilhões, em junho de 2011. O limite prudente de US\$ 16,5 bilhões de exposição ao risco estabelecido pela estrutura de limite individual por mutuário (SBL) pode, contudo, ser uma restrição à capacidade do BIRD de atender ao pedido de empréstimo feito pelo governo sem aumentar esses esforços. O Anexo 4 apresenta as várias medidas disponíveis para que o Banco Mundial e o Governo do Brasil aproveitem a capacidade de empréstimo do BIRD e mantenham a exposição líquida ao risco para o Brasil dentro do limite individual por mutuário ao mesmo tempo em que atendem ao pedido de empréstimo do BIRD feito pelas autoridades. O Governo do Brasil expressou grande interesse em buscar algumas dessas opções durante o EF12 - inclusive, por exemplo, um novo pagamento antecipado - para assegurar que o programa de empréstimos apresentado na CPS para o EF12-13 possa ser implementado mantendo, ao mesmo tempo, a exposição ao risco do BIRD abaixo do SBL.

83. **O desempenho da carteira tem sido altamente satisfatório.** A carteira ativa consiste em 49 empréstimos do BIRD e 9 projetos do GEF (US\$ 76,7 milhões) para um compromisso total de US\$ 9,5 bilhões, dos quais US\$ 5,2 bilhões não foram desembolsados. O Grupo Banco Mundial também administraativamente uma carteira de cerca de 55 subsídios de fundos fiduciários correspondentes a um total de US\$ 132 milhões, com desembolsos de US\$ 13 milhões no EF11. O coeficiente de desembolso da carteira - um importante indicador do desempenho geral da carteira - era de 32% no final do EF11, acima da média de 31% da Região da América Latina e Caribe (LCR) para o mesmo período. Cerca de 90% dos projetos da carteira estão classificados na faixa satisfatória tanto com relação ao Progresso da Implementação quanto ao alcance dos Objetivos do Desenvolvimento. Os compromissos em risco (inclusive GEF) representam 9,7% da carteira e somam US\$ 919,7 milhões.

84. O último relatório da **Avaliação do Sistema de Gerenciamento Financeiro do País (AGFP)**, de junho de 2002, concluiu que o sistema brasileiro de gestão das finanças públicas fornece informações confiáveis; que existem sistemas adequados para gerenciar e acompanhar o recebimento e utilização dos recursos financeiros na esfera nacional e que existe um elevado nível de transparência fiscal e que ambos que poderiam apoiar qualquer programa de empréstimo para ajuste. O risco para os recursos financeiros tanto do Banco Mundial quanto do país foi considerado baixo. As atualizações anuais desses indicadores confirmam consistentemente essa classificação.

O último relatório da **Avaliação dos Gastos Públicos e Avaliação Financeira da Prestação de Contas (PEFA)** de dezembro de 2009, identificou as seguintes áreas relacionadas ao fortalecimento da credibilidade e previsibilidade do processo orçamentário anual para foco adicional: (i) aumento da credibilidade das previsões de receita orçamentária e política tributária, tanto do ponto de vista técnico quanto em termos de geração de consenso político/de políticas; (ii) gestão do crescente excesso de compromissos de despesas (Restos a Pagar) e o elevado nível de emendas orçamentárias feitas no exercício financeiro é um problema considerável para o planejamento e a gestão orçamentária; e (iii) a previsibilidade e o impacto da gestão de caixa para a gestão de despesas. As atualizações anuais de trabalho confirmaram essas áreas para melhoria contínua, mas também observaram progresso gradual.

85. **O risco inerente à gestão financeira do país é baixo, assim como o risco de controle nas entidades que implementam os projetos do Banco Mundial.** Os sistemas de gestão financeira dos projetos do Banco Mundial têm sido adequados para assegurar que os recursos financeiros são utilizados para as finalidades a que se destinam. Todos os projetos da carteira foram auditados por auditores do setor privado aceitáveis para o Banco Mundial. Não há auditorias vencidas com relação a projetos (créditos e subsídios) ou entidades contínuas. Foram observados alguns atrasos no passado, particularmente com relação à auditoria de empresas que operam no setor de águas. Os órgãos que implementam o projeto possuem mecanismos de gestão financeira satisfatórios e sólidos sistemas de controles internos. A equipe de gestão financeira (FM) que participa dos projetos do Banco Mundial é experiente e qualificado. Todos os projetos com exceção de dois (BR APL2 2º Projeto Ambiental Nacional - P099469; BR Projeto AquaBio - P066535) têm classificação de FM moderadamente satisfatória ou mais elevada. De modo geral, não há grandes riscos fiduciários que possam afetar a implementação do programa de CPS proposto.

Agenda do conhecimento

86. Durante o último período de CPS, ficou evidente que a vantagem comparativa do Banco Mundial está muito mais na qualidade dos serviços e na consultoria técnica que ele fornece do que no volume de empréstimos que ele pode oferecer ou nas taxas de juros que ele cobra. A reputação de excelência técnica e de imparcialidade nas consultorias são o que torna o Banco Mundial um parceiro confiável do governo federal para negociar com entidades subnacionais ou para solucionar os problemas de definição de caminho. Tal reputação é o resultado de um compromisso de longa data de investimento no conhecimento "glocal", mediante associação com acadêmicos e peritos locais e oferecendo o melhor do Brasil ao Banco Mundial e o melhor do Banco Mundial para o Brasil.

Promovendo parcerias

87. **Cooperação Sul-Sul (S-SC).** O Brasil tem vários centros de excelência públicos, OSCs, privados e acadêmicos em um grande número de campos, capazes de fazer importantes contribuições de S-SC. O Governo do Brasil gradualmente ampliou suas iniciativas de S-SC com um foco especial na América Latina e África com base no ponto de vista de solidariedade e parceria. Tendo em vista o crescente papel do Brasil no cenário internacional, o país ainda busca maior participação e responsabilidade na cooperação internacional. Sob a nova CPS, o GBM irá: (i) apoiar o maior

desenvolvimento da S-SC do Brasil, permitindo sua participação maior e continuada em iniciativas multinacionais, regionais e binacionais lideradas pelo GBM; (ii) fornecer assistência técnica à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para apoiar o seu processo contínuo de reorganização; (iii) apoiar as trocas de conhecimento da S-SC e iniciativas operacionais específicas dos setores; e (iv) criar um piloto de um projeto de assistência técnica inovador e transregional de S-SC com um país da África; (v) fornecer financiamento da IFC para investimentos cruzados por parte de empresas brasileiras em outros países em desenvolvimento.

Gênero

88. Embora a condição da mulher no Brasil seja consideravelmente mais avançada do que em outros países em desenvolvimento, questões importantes tais como empoderamento econômico, violência doméstica e acesso à educação ainda precisam avançar, especialmente em determinadas partes do país. A CPS ampliará as atividades analíticas e operacionais em andamento do GBM na área, com base nas constatações da avaliação de gênero apresentadas no Anexo 6. Importantes esforços serão direcionados para o auxílio aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pelas questões de gênero a fim de aumentar o trabalho de pesquisa e analítico e informar as políticas e investimentos de gênero bem direcionadas. A recém-criada Procuradoria da Mulher do Congresso Nacional receberá apoio para o desenvolvimento institucional para aumentar sua capacidade legislativa e, junto com a Secretaria de Assuntos da Mulher, será um parceiro-chave. O Banco Mundial explorará e apoiará formas de integrar as questões de gênero ao seu trabalho operacional.

4 GESTÃO DE RISCOS

89. **Riscos macroeconômicos.** Um risco importante é a possibilidade de o Governo do Brasil (GoB) não ser capaz de restringir adequadamente o crescimento das despesas atuais de modo a aumentar a contribuição da política fiscal para a gestão da demanda interna e criar um espaço fiscal para expansão dos investimentos públicos e programas sociais. Os fatores de mitigação incluem a intenção anunciada do GdB de restringir as despesas que não se referem a investimentos e o fato de que, pelo menos no início de 2011, o Governo Federal ultrapassou as suas metas fiscais. Outro risco macroeconômico é o possível surgimento de discrepâncias monetárias associadas com o rápido crescimento do endividamento externo bruto do setor privado (49% nos 15 meses até março de 2011). O Banco Central está ciente desse risco e está tratando a questão por meio de um maior monitoramento dos empréstimos estrangeiros privados e do arrocho das regulamentações sobre os requisitos de capital do Banco e das posições abertas líquidas. Um risco potencial relacionado está associado com o grande aumento do endividamento externo bruto total aproximado – US\$ 502 bilhões em março de 2011 – que poderia gerar preocupações sobre os riscos potenciais do rolamento da dívida caso a dívida da carteira e outros influxos do investimento devam ter um avanço moderado. Esse risco é atenuado pelo grande volume de reservas internacionais mantidas pelo Brasil e pelo regime de taxas de câmbio flexíveis. O Grupo Banco Mundial auxiliará o Governo na gestão de vulnerabilidades fiscais e outras vulnerabilidades macroeconômicas por meio do diálogo de política e do programa AAA.

90. **Risco da capacidade de empréstimo.** Um segundo risco importante está relacionado com a necessidade do GdB de fazer pré-pagamentos dos empréstimos do

BIRD ou buscar outras opções que permitiriam ao Grupo Banco Mundial implementar o programa de empréstimo proposto e ficar abaixo do SBL do Brasil. O último grande pré-pagamento de empréstimos do Banco Mundial por parte do Governo do Brasil, contudo, revela a sua determinação de usar as opções disponíveis para garantir que a demanda existente por serviços do Grupo Banco Mundial no Brasil possam ser atendidas dentro da capacidade de empréstimo atual do BIRD. Particularmente, junto com o Banco Mundial, o Governo do Brasil está explorando várias medidas potenciais (p. ex., novos pré-pagamentos) que poderiam ser adotadas para manter a exposição líquida do Brasil dentro do limite de US\$ 16,5 bilhões aprovados pelo Conselho.